

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2016

Aos Senhores Acionistas,

A Administração da Hidroelétrica Panambi S.A. - HIDROPAN submete à apreciação dos senhores as Demonstrações Econômico-Financeiras da companhia referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, acrescidas do Balanço Social. As demonstrações foram elaboradas na forma da legislação societária e demais normas legais acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório elaborado pelos Auditores Independentes. Esses demonstrativos refletem os atos e operações da empresa, bem como a situação patrimonial e financeira do presente exercício social. Toda a documentação relativa a prestação de contas se encontram a disposição dos Senhores Acionistas e estamos à disposição de esclarecimentos adicionais.

PERFIL

A HIDROPAN é responsável pela distribuição de energia elétrica para os municípios de Panambi e Condor, localizados na região noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Para atender a demanda de 18.034 unidades consumidoras em uma área de concessão de 151 km², a HIDROPAN conta com 56 colaboradores próprios, dispõem de uma estrutura com 540,8 km de redes de distribuição primária e secundária, uma moderna linha 69kV de 40 km e uma subestação entrada linha de 69kV. Com sede em Panambi - RS, é uma sociedade anônima, de capital fechado, fundada em 26 de setembro de 1926, sendo uma empresa com formação típica familiar, contando atualmente com 26 acionistas.

CONTEXTO SETORIAL

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia ("MME"), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"). O fornecimento de energia elétrica a varejo pela HIDROPAN é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seu contrato de concessão de longo prazo. Elaborado com o objetivo de assegurar o fornecimento de energia elétrica e a modicidade tarifária, o marco deste modelo setorial foi a promulgação da Lei nº 10.848/2004, que dispõe sobre a atuação dos agentes dos segmentos de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica.

Tarifas

As tarifas de fornecimento de energia elétrica são reajustadas anualmente de acordo com as condições estabelecidas na legislação e no contrato de concessão. São revistos anualmente o repasse dos custos não gerenciáveis Parcela A e corrigido os custos gerenciáveis pelo IGP-M dos últimos 12 meses anteriores à data base de 22 de julho, deduzido o Fator X. A cada quatro anos realiza-se a revisão tarifária que visa restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, em atendimento ao contrato de concessão firmado pelo Poder Concedente. Na metodologia da revisão tarifária periódica é considerada pela ANEEL a avaliação da base dos ativos utilizados na atividade de distribuição de energia elétrica, as despesas operacionais, as perdas regulatórias, depreciação, o custo médio do capital (WACC) aplicado à base dos ativos que determina a remuneração da concessionária. O terceiro ciclo de revisão tarifária periódica da Hidropan ocorreu em 29 de junho de 2013, sendo que a próxima ocorrerá em 22 de julho de 2017, denominado de quarto ciclo de revisão tarifária periódica (4CRTP). As metodologias aplicáveis a quarta revisão tarifária periódica das concessionárias são definidas nos Módulos 2 e 7 do PRORET (Procedimentos de Regulação Tarifária) que tratam, respectivamente, do cálculo da revisão tarifária e da estrutura tarifária aplicável, estabelecidas pela ANEEL, aprovados através das Resoluções Normativas nº 435 de 2011 e nº 660 de 2015.

Reajuste Tarifário de 2016

Em 19 de julho de 2016, através da Resolução Homologatória nº 2.109, a ANEEL homologou as tarifas de fornecimento de energia elétrica da HIDROPAN. O Reajuste Tarifário Anual de 2016 resultou em um percentual médio 6,85% negativos, sendo composto pelo IRT econômico de -4,37% e pelo somatório dos componentes financeiros (IRT financeiro) no total de -2,48%, sobre a Base econômica definida no reajuste de 2015. No entanto o impacto médio na receita da HIDROPAN seria de -10,27% se o mercado fosse exatamente o mesmo do período de referência, ou seja, de julho de 2015 a junho de 2016, exatamente 12 meses anteriores ao reajuste em processamento considerando a alteração da data estabelecida no Quinto aditivo ao contrato de concessão, 22 de julho. As novas tarifas entraram em vigor em 22 de julho de 2016 e são fixadas e publicadas pela ANEEL sem os impostos, devendo ainda ser acrescidos do PIS, COFINS e ICMS.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Comercialização de Energia Elétrica (MWh)

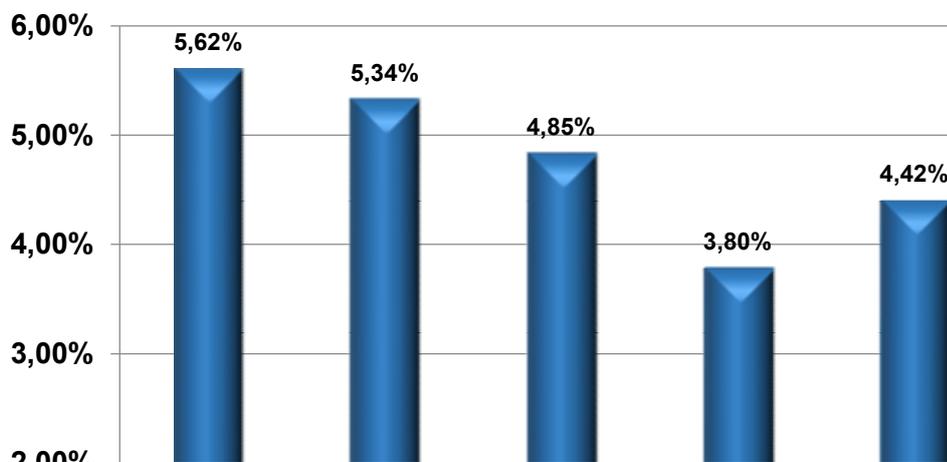
O balanço energético abaixo reflete o nível de energia adquirida e gerada para o atendimento do mercado de consumo de energia elétrica em 2016. A disponibilidade de energia requerida em 2016 totalizou 107.696 MWh, com queda de 3,89% em relação a 2015. Do total da disponibilidade a geração própria forneceu 10.711 MWh, que representou 10,01%, sendo que o suprimento representou 89,99%.

Balanço energético em MWh

	2016	Part %	2015	Part %	Taxa Crescimento %	
					2016/2015	2015/2014
Suprimento Rio Grande Energia	96.923	90,00	102.043	91,07	(5,02)	(10,35)
Geração Própria	10.771	10,00	10.011	8,93	7,59	(14,32)
Microgeração	2	0,00	-	-	100,00	-
Total Energia Requerida Bruta	107.696	100,00	112.054	100,00	(3,89)	(10,72)
Fornecimento energia faturada	102.037	94,75	105.979	94,58	(3,72)	(11,66)
Perdas e diferenças de energia	5.659	5,25	6.075	5,42	(6,85)	9,60
Total de Energia	107.696	100,00	112.054	100,00	(3,89)	(10,72)

Perdas (%)

O percentual de perdas é a taxa obtida com a divisão da diferença entre a disponibilidade total de energia e a energia faturada dos clientes pelo total da energia disponibilizada de suprimento e geração. Ao longo dos últimos anos as perdas da HIDROPAN se mantém estáveis, tendo alcançado um nível satisfatório, considerado baixo em comparação aos níveis de perdas do sistema elétrico brasileiro. A HIDROPAN busca permanentemente controlar as perdas, seja em investimentos e melhorias.



Mercado de Energia Vendida

O consumo total de energia elétrica na área de atuação da HIDROPAN no ano 2016 foi de 102.037 MWh, decréscimo de -3,72% comparado ao consumo de 2015. A redução no consumo se deu apenas na classe industrial com queda de -13,77% na atividade, que representa 35,89% da energia total consumida pelos clientes cativos da distribuidora.

No quadro a seguir são apresentados os resultados do consumo de energia elétrica e sua variação no período:

Consumo de Energia por Classe MWh

Classe	2016	Part %	2015	Part %	Taxa Crescimento %	
					2016/2015	2015/2014
Residencial	34.288	33,60	33.021	31,16	3,84	(4,15)
Industrial	36.616	35,89	42.465	40,07	(13,77)	(21,18)
Comercial	17.503	17,15	17.462	16,48	0,23	(4,03)
Rural	3.131	3,07	2.744	2,59	14,10	(11,54)
Poder Público	2.520	2,47	2.460	2,32	2,44	(4,06)
Iluminação Pública	5.016	4,92	4.926	4,65	1,83	2,35
Serviço Público	2.784	2,73	2.703	2,55	3,00	(1,96)
Outros	179	0,18	198	0,19	(9,60)	(1,00)
Total	102.037	100,00	105.979	100,00	(3,72)	(11,66)

Evolução do Número de Consumidores

O número de consumidores conectados ao sistema de distribuição da HIDROPAN em dezembro de 2016 atingiu 18.034 unidades consumidoras, um crescimento de 1,35%, em relação ao exercício anterior, representando um acréscimo de 241 unidades consumidoras, destas 212 são residenciais, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Número de consumidores

Classe	2016	Part.%	2015	Part.%	Acréscimo	Taxa Crescimento %	
						2016/2015	2015/2014
Residencial	16.271	90,22	16.059	90,25	212	1,32	2,82
Industrial	163	0,90	167	0,94	(4)	(2,40)	(1,18)
Comercial	1.138	6,31	1.112	6,25	26	2,34	2,11
Rural	274	1,52	268	1,51	6	2,24	(3,94)
Poder Público	155	0,86	154	0,87	1	0,65	3,36
Iluminação Pública	9	0,05	9	0,05	-	-	-
Serviço Público	18	0,10	18	0,10	-	-	-
Outros	6	0,03	6	0,03	-	-	-
Total	18.034	100,00	17.793	100,00	241	1,35	2,63

Qualidade do Fornecimento

A qualidade do fornecimento de energia elétrica pode ser avaliada através dos indicadores de continuidade do fornecimento DEC (duração equivalente de interrupção por unidade consumidora) e FEC (frequência equivalente de interrupção por unidade consumidora). Tais indicadores são regulamentados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através do Módulo 8 dos Procedimentos de Distribuição – PRODIST que além da metodologia de cálculo determina os limites padrões de continuidade. Além desses indicadores, apresentamos a evolução do TMA (Tempo Médio de Atendimento ao Consumidor), que é o intervalo entre a reclamação de interrupção da energia e seu restabelecimento, o qual registrou 43 minutos em 2016. A evolução destes desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Indicadores	2012	2013	2014	2015	2016	ANEEL
DEC (horas)	17,05	5,38	6,73	5,96	7,61	16,00
FEC (nº vezes)	19,21	11,03	10,14	8,70	8,74	14,00
TMA (minutos)	50	39	45	42	43	-

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Em 2016, o lucro líquido foi de R\$ 1.913 mil, que em 2015 foi de R\$ 2.109 mil. A Receita Operacional Líquida atingiu R\$ 35.609 mil, enquanto em 2015 situou-se em R\$ 37.486 mil. Variação de -5,01% na Receita Operacional Líquida. Os custos operacionais totalizaram em 2016, R\$ 32.501 mil, 2,91% a menos do que em relação a 2015. A redução apresentada nos custos operacionais tem relação com os custos na compra de energia, custo este que representou 63,88% dos custos totais e teve uma variação em relação a 2015 de -10,51%.

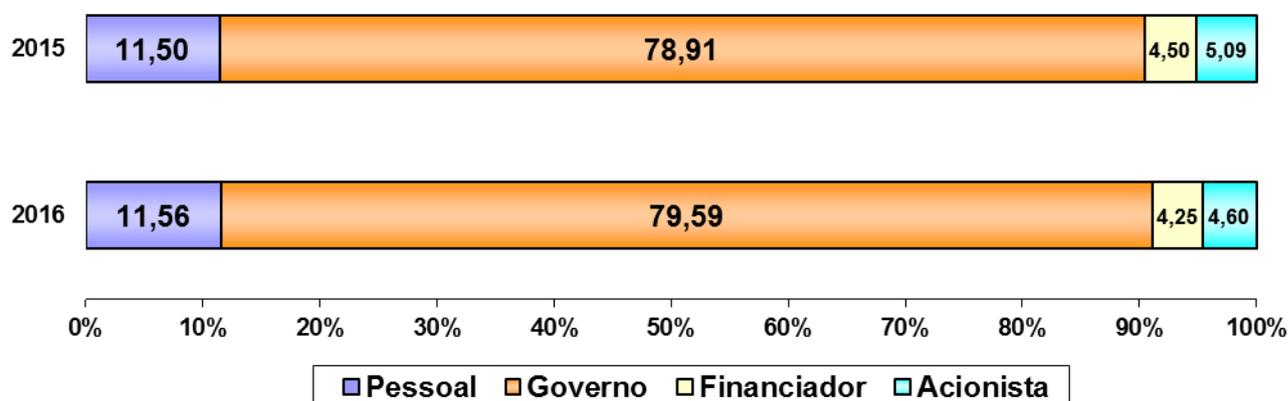
Ebitda

O EBITDA, Lucro do Serviço (DRE), adicionado da despesa com depreciação e amortização foi de R\$ 4.238 mil em 2016 e R\$ 5.071 mil em 2015, uma redução de 16,43%, desempenho que tem como principal fator a redução da receita operacional líquida.

Valor Adicionado

Em 2016, o valor adicionado líquido produzido como riqueza pela Empresa foi de R\$ 40.490 mil, representando 60,27% da Receita Operacional Bruta, já em 2015 foi de R\$ 40.879 mil e representava 59,45%. Apresentamos a seguir a distribuição do valor adicionado (DVA):

Distribuição do Valor Adicionado - %



Investimentos

Infraestrutura da Concessão

A aquisição de bens vinculados a concessão e outros ativos em 2016 totalizaram R\$ 1.961 mil, sendo que R\$ 1.871 mil investidos em linhas e redes de distribuição de energia elétrica. Essas obras de distribuição têm como principal objetivo a busca pela melhoria na confiabilidade do sistema, melhoria nos níveis de tensão e redução de indicadores de continuidade. Apresentamos a seguir os investimentos realizados em 2016 e a origem dos recursos para viabilizar o programa de investimentos:

Investimentos	2016	%	2015	%
Obras de geração	-	0,00	19	1,38
Obras de distribuição	1.871	95,41	1.279	92,68
Instalações gerais	90	4,59	82	5,94
Total dos Investimentos	1.961	100,00	1.380	100,00
Origem dos Recursos	2016	%	2015	%
Recursos Próprios	1.723	87,88	1.129	81,81
Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	-
Clientes	238	12,12	251	18,19
Total dos Recursos	1.961	100,00	1.380	100,00

Investimento Remunerável

O Investimento Remunerável, também denominado de Base de Remuneração, e a quota de depreciação regulatória fazem parte da Parcela “B” da Receita Requerida – RR da Concessionária, e homologados pela Resolução Homologatória ANEEL nº 1.547, de 25/06/2013. Em 2013, por ocasião da revisão tarifária periódica, esta parcela do investimento foi assim formada:

Componentes do Investimento Remunerável	Revisão* junho/2013
*a) Ativo Imobilizado em Serviço Bruto	36.105
b1) (-) Depreciação Acumulada	12.532
b2) (-) Depreciação Acumulada %	34,71%
c1) (-) Obrigação Vinculada ao SPEE Bruta	3.119
c2) (-) Obrigação Vinculada ao SPEE Líquida	2.695
d) Bens 100% Depreciados	5.935
e) Terrenos e Servidões	1.700
d) = Ativo Imobilizado em Serviço Bruto Depreciável	27.050
e) (+) Almojarifado	71
f) = Investimento Remunerável (Base Remuneração)	25.143
i) Bens 100% depreciados	3.136
k) Cota de Depreciação - Taxa média Anual	3,34%
* 3º ciclo de RTP - Junho 2013	
*a) Valor deduzido dos Bens Administrativos, Veículos, Movéis e Utensílios	

Programa de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

De acordo com a legislação setorial a HIDROPAN destina 1% da sua receita líquida operacional (ROL), para investimentos em projetos os quais desenvolvem atividades cujo resultado reverte para melhorias no sistema elétrico, beneficiando a todos os usuários de energia.

Serviços de Auditoria Independente

A HIDROPAN conta com os serviços de auditoria externa da Aucon Auditores & Consultores Associados para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Sociedade. Prezamos pela independência profissional dos auditores na contratação de seus serviços, portanto, no exercício de 2016 não contratamos junto aos Auditores Independentes qualquer serviço de consultoria de forma a assegurar que não ocorra possibilidade de conflito de interesse.

Mensagem de Agradecimento

Há 90 anos a HIDROPAN está ao lado da comunidade de maneira atuante e não como uma simples espectadora. Desde o início de sua história, assumiu o compromisso com seus acionistas, colaboradores, parceiros e clientes, a fim de fomentar o desenvolvimento.

A empresa cresceu e se transformou. Com o desafio de se tornar moderna e trazer resultados, veio o compromisso de ser sustentável. Enfrentou todos os desafios com dedicação, ética e responsabilidade.

Hoje, é uma marca que nos orgulha e nos enche de esperança de um futuro promissor.

Distribuir energia elétrica de forma sustentável, nos municípios de Panambi e Condor, com qualidade e eficiência, é a nossa política de qualidade e continuidade.

E tudo isto só foi possível através da união de todos. Portanto, agradecemos o empenho de toda a família HIDROPAN.

A Administração

Demonstração Suplementar do Balanço Social - 2016 (não auditado)
(Valores expressos em milhares de reais)

	2016			2015		
	R\$	% sobre		R\$	% sobre	
1 - Base de cálculo						
Receita Líquida (RL)						
Resultado Operacional (RO)						
Folha de Pagamento Bruta (FPB)						
2 - Indicadores sociais internos						
Alimentação - Auxílio alimentação						
Encargos Sociais Compulsórios						
Saúde-Convênio assistencial, outros benefícios						
Segurança no trabalho-CIPA e exames						
Capacitação e desenv. Profissional						
Total						
3 - Indicadores sociais externos						
Tributos - excluídos encargos sociais						
Contribuições para a sociedade						
Total						
4 - Indicadores ambientais						
Investimentos em Meio Ambiente						
Total						

	2016	2015
	em unidades	em unidades
5 - Indicadores do Corpo Funcional		
Empregados no final do período	56	59
Escolaridade dos empregados:		
Superior e extensão universitária	17	15
Segundo grau	29	31
Primeiro grau	7	7
Primário	3	6
Faixa etária dos empregados:		
Abaixo de 30 anos	26	25
De 30 até 45 anos (exclusive)	18	23
Acima de 45 anos	12	11
Admissões durante o período	3	11
Mulheres que trabalham na empresa	7	7
% cargos de chefia ocupados por mulheres em relação nº total mulheres	0	0
% cargos de chefia ocupados por mulheres em relação nº total gerentes	0	0
Negros que trabalham na empresa	5	5
Dependentes	69	78
Menor Aprendiz	2	2
Número de ações trabalhistas movidas contra a empresa:	0	0
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça:	137.768,94	-

	2016		2015			
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial						
Relação entre o maior e a menor remuneração na empresa		19,36		19,34		
Número total de acidentes de trabalho		0		0		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos	() pela direção	(X) direção e gerências	() todos os empregados	() pela direção	(X) direção e gerências	() todos os empregados
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos	() pela direção	(X) direção e gerências	() todos os empregados	() pela direção	(X) direção e gerências	() todos os empregados
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa	() não são considerados	(X) são sugeridos	() são exigidos	() não são considerados	(X) são sugeridos	() são exigidos
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa	() não se envolve	(X) apóia	() organiza e incentiva	() não se envolve	(X) apóia	() organiza e incentiva
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$)			41.559.927,53			41.454.653,87
Distribuição do Valor Adicionado (DVA)	79,59% governo 4,60% acionista	11,56% pessoal 4,25% financiador		78,91% governo 5,09% acionista	11,50% pessoal 4,50% financiador	

Hidroelétrica Panambi S/A - HIDROPAN
CNPJ nº 91.982.348/0001-87

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

Ativos	Notas	2016	2015
Ativo Circulante		9.425	16.515
Caixa e equivalentes de caixa	(4)	641	400
Consumidores	(5)	6.027	7.292
Serviços em curso	(6)	46	760
Tributos compensáveis	(7)	98	235
Depósitos judiciais e cauções		156	-
Almoxarifado operacional	(3.4)	664	863
Ativos financeiros setoriais	(8)	1.587	6.007
Despesas pagas antecipadamente		37	53
Outros ativos circulantes	(9)	169	906
Ativo Não Circulante		21.620	23.241
Tributos compensáveis	(7)	84	86
Imposto de Renda e contribuição social diferidos	(10)	46	22
Ativo financeiro da concessão	(11)	2.563	3.479
Investimentos	(12)	60	57
Intangível	(13)	18.867	19.597
Total do ativo		31.045	39.756

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Hidroelétrica Panambi S/A - HIDROPAN
 CNPJ nº 91.982.348/0001-87

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

Passivos e Patrimonio Líquido	Notas	2016	2015
Passivo Circulante		14.858	18.415
Fornecedores	(14)	2.433	3.142
Empréstimos e financiamentos	(15)	5.834	5.498
Obrigações sociais e trabalhistas		468	406
Tributos	(16)	782	1.449
Provisões para litígios	(17)	135	65
Dividendos e juros sobre o capital próprio	(18)	172	137
Encargos setoriais	(19)	1.691	3.338
Passivos financeiros setoriais	(8)	2.265	3.557
Outros passivos circulantes	(20)	1.077	824
Passivo Não Circulante		4.005	6.752
Empréstimos e financiamentos	(15)	3.420	6.493
Encargos setoriais	(19)	245	260
Tributos Diferidos	(21)	339	-
Patrimônio líquido	(22)	12.182	14.589
Capital social		5.000	6.500
Outros resultados abrangentes		658	-
Reservas de lucros		6.526	8.091
(-) Ações próprias em tesouraria		(2)	(2)
Total do passivo e Patrimônio Líquido		31.045	39.756

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Hidroelétrica Panambi S/A - HIDROPAN
 CNPJ nº 91.982.348/0001-87

Demonstrações do Resultado
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2016	2015
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	(23)	35.609	37.486
CUSTOS OPERACIONAIS		(32.501)	(33.476)
Custo com Energia Elétrica	(25)	(20.763)	(23.202)
Energia elétrica comprada para revenda		(17.885)	(20.606)
Encargo de uso do sistema de transmissão		(2.026)	(1.923)
Energia elétrica comprada para revenda - Proinfa		(852)	(673)
Custo de operação		(11.737)	(10.274)
Custos de construção		(2.048)	(1.489)
Pessoal		(5.653)	(5.478)
Material		(484)	(353)
Serviço de terceiros		(1.673)	(1.384)
Depreciação e amortização		(1.129)	(1.061)
Outros	(26)	(750)	(507)
LUCRO DO SERVIÇO		3.109	4.010
RESULTADO FINANCEIRO	(27)	(1.366)	(1.973)
Receitas Financeiras		1.070	576
Despesas Financeiras		(2.436)	(2.549)
LUCRO ANTES DO IRPJ E CSLL		1.743	2.037
Contribuição Social	(28)	(161)	(185)
Imposto de Renda	(28)	(415)	(486)
LUCRO LÍQ DO EXERCÍCIO ANTES DA REVERSAO JCP		1.167	1.365
Reversão dos juros sobre capital próprio		746	744
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		1.913	2.109
Lucro por ação - R\$		8,88	5,34

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Hidroelétrica Panambi S/A - HIDROPAN
CNPJ nº 91.982.348/0001-87

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Outros resultados abrangentes	Reservas de lucros	Lucros acumulados	(-) Ações Próprias em Tesouraria	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	6.500	-	7.422	0	(2)	13.920
Aumento de Capital Social:						
com reserva de lucros	-	-	-	-	-	-
Distribuição de ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	2.109	-	2.109
Destinação proposta a A.G.O.:	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	-	-
Retenção de lucros	-	-	669	(669)	-	-
Dividendo	-	-	-	(696)	-	(696)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(744)	-	(744)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	6.500	-	8.091	(0)	(2)	14.589
Redução de Capital Social:						
com cancelamento de ações	(2.948)	-	-	-	-	(2.948)
Aumento de Capital Social:						
com reserva de lucros	1.448	-	(1.448)	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	-	1.089	(7)	-	-	1.082
Tributos s/ajuste de aval.patrimonial	-	(370)	-	-	-	(370)
Realização AVP	-	(61)	61	-	-	-
Reversão dividendos	-	-	18	-	-	18
Distribuição de ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício:	-	-	-	1.913	-	1.913
Destinação proposta a A.G.O.:	-	-	-	-	-	-
Retenção de lucros	-	-	411	(411)	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	-	-
Dividendo	-	-	(600)	(756)	-	(1.356)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(746)	-	(746)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	5.000	658	6.526	0	(2)	12.182

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Valor Adicionado - DVA
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

	2016	%	2015	%
Receitas	67.182		68.765	
Venda de energia e serviços	65.173		67.287	
Receita de construção de infraestrutura de concessão	2.048		1.489	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(39)		(11)	
(-) Insumo adquiridos de terceiros	25.563		26.825	
Insumos consumidos	22.811		24.691	
Outros insumos adquiridos	594		396	
Material e serviço de terceiros	2.157		1.738	
(=) Valor adicionado bruto	41.619		41.940	
(-) Depreciação/amortização	1.129		1.061	
(=) Valor adicionado líquido produzido pela entidade	40.490		40.879	
(+) Valor adicionado recebido em transferência	1.070		576	
Receitas Financeiras	1.070		576	
(=) Valor adicionado a distribuir	41.560	100,00%	41.455	100,00%
Distribuição do valor adicionado:				
Pessoal	4.806	11,56%	4.766	11,50%
Remunerações	3.408	8,20%	3.405	8,21%
Encargos sociais (exceto INSS)	282	0,68%	442	1,07%
Convênio assistencial e outros benefícios	1.115	2,68%	919	2,22%
Governo (impostos, taxas e contribuições)	33.073	79,59%	32.712	78,92%
INSS (sobre folha de pagamento)	847	2,04%	712	1,72%
ICMS	16.414	39,49%	14.599	35,22%
PIS/COFINS	5.787	13,92%	6.528	15,75%
Imposto de renda e contribuição social	576	1,39%	671	1,62%
Outros	9.449	22,74%	10.202	24,61%
Financiadores (remuneração de capital de terceiros)	1.768	4,25%	1.867	4,50%
Juros	1.691	4,07%	1.805	4,35%
Aluguéis	78	0,19%	62	0,15%
Acionistas (remuneração do capital do próprio)	1.913	4,60%	2.109	5,09%
Remuneração do capital próprio	746	1,79%	744	1,79%
Lucros retidos	1.167	2,81%	1.365	3,29%
Valor adicionado (médio) por empregado	742		703	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (Modelo Indireto)
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

	2016	2015
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro Líquido do exercício	1.913	2.109
Despesas (Receitas) que não afetam Caixa e Equivalentes de Caixa	1.414	1.146
Depreciação e amortização	1.129	1.061
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	39	11
Baixas líquidas do intangível em serviço	175	73
Provisão para litígios	70	-
Redução (Aumento) de Ativos	7.271	(5.889)
Consumidores	1.226	(1.399)
Serviços em curso	714	(217)
Tributos compensáveis	115	263
Depósitos judiciais e cauções	(156)	-
Almoxarifado operacional	199	(95)
Ativos financeiros setoriais	4.420	(4.891)
Despesas pagas antecipadamente	16	43
Outros ativos	737	407
Aumento (Redução) de Passivos	(3.348)	8.136
Fornecedores	(709)	620
Obrigações sociais e trabalhistas	62	26
Tributos	(3)	1.053
Encargos setoriais	(1.661)	2.214
Passivos financeiros setoriais	(1.292)	3.497
Outros passivos	254	727
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	7.250	5.503
Encargos de Dívidas Pagos	(1.110)	(1.204)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(665)	(742)
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	5.474	3.556
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	1.335	(1.126)
Investimentos	(4)	(1)
Aquisição de ativo Intangível	(2.276)	(1.376)
Baixas líquidas do intangível em serviço	3.128	-
Participação financeira do consumidor	488	251
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	(6.568)	(2.147)
Redução do capital social	(2.948)	-
Empréstimos e financiamentos	(1.625)	(636)
Distribuição de dividendos	(1.303)	(767)
Juros sobre o capital próprio	(746)	(744)
Ajuste de avaliação patrimonial	54	-
Varição Líquida do Caixa e Equivalentes de Caixa	241	284
Demonstração da Variação do Caixa e Equivalentes de Caixa		
Saldo inicial de caixa	400	116
Saldo final de caixa	641	400
	241	284

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

1. Informações sobre a Companhia

A Hidroelétrica Panambi S.A. – HIDROPAN é uma sociedade anônima de capital fechado, fundada em 26 de setembro de 1926, concessionária do Serviço Público de Energia Elétrica autorizada a operar em dois municípios na região noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Panambi e Condor), com sede em Panambi - RS. Detém contrato de concessão de distribuição de energia elétrica nº 086/2000-ANEEL. Suas atividades estão ligadas a distribuição de energia elétrica, sendo regulamentada e fiscalizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Constitui seu objeto social a realização de estudos, projetos, construções e operações de usinas produtoras, distribuição e comercialização de energia elétrica e o desenvolvimento de atividades associadas à prestação de serviços de energia elétrica.

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis

Em 17 de março de 2017, à Diretoria da HIDROPAN autorizou a conclusão das Demonstrações Contábeis, submetendo-as nesta data à aprovação do Conselho de Administração. Com base na proposta do Conselho de Administração, tais demonstrações contábeis serão submetidas à aprovação dos acionistas da Companhia.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A empresa também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações contábeis regulatórias auditadas estarão disponíveis no site www.hidropan.com.br a partir de 30 de abril de 2017.

2.2 Moeda de apresentação

A moeda funcional da empresa é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da empresa faça julgamentos e adotem estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da empresa revisa as estimativas e premissas adotadas ao menos no encerramento de cada exercício. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e também aplicadas de maneira prospectiva.

3. Principais Práticas Contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

3.1 Contratos de Concessão

O ICPC 01 - Contratos de Concessão estabelece diretrizes gerais para o reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados em contratos de concessão e é aplicável para situações em que o poder concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e por qual preço, e controle qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo da concessão.

Atendidas estas definições, a infraestrutura da Empresa é segregada e movimentada desde a data de sua construção, cumprindo as determinações existentes nos CPCs, de modo que seja registrado nas demonstrações financeiras: a) um ativo intangível correspondendo ao direito de explorar a concessão mediante cobrança aos usuários dos serviços públicos, e b) um ativo financeiro correspondendo ao direito contratual incondicional de recebimento de caixa (indenização) mediante reversão dos ativos ao término da concessão.

A prestação de serviços de construção da infraestrutura é registrada de acordo com o CPC 17 R1 – Contratos de Construção, tendo como contrapartida um ativo financeiro correspondendo aos valores passíveis de indenização, e os montantes residuais classificados como ativo intangível que serão amortizados pelo prazo da concessão de acordo com o padrão econômico que contraponha a receita cobrada pelo consumo de energia elétrica em função: a) do modelo tarifário que não prevê margem de lucro para a atividade de construção da infraestrutura, b) de não existir qualquer previsão de ganhos nos planos de negócio da Empresa, a Administração julga que as margens existentes nesta operação são irrelevantes, e portanto, nenhum valor

adicional ao custo é considerado na composição da receita. Desta forma, as receitas e os respectivos custos de construção estão sendo apresentados na demonstração do resultado do exercício nos mesmos montantes.

3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o caixa, contas bancárias e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, as quais são prontamente conversíveis em caixa, sujeitos a um risco mínimo de valor, estão demonstrados ao custo, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis.

3.3 Consumidores

Engloba o fornecimento de energia faturada e da energia não faturada (esta por estimativa) referente a dezembro de 2016, contabilizado com base no regime de competência. Ainda inclui: a) os impostos diretos de responsabilidade tributária da HIDROPAN; b) serviços prestados, acréscimos moratórios e outros; c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa calculada em valor considerado suficiente pela Administração, para cobrir as perdas na realização das contas a receber e de acordo com a Instrução Contábil 6.3.3 contida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

3.4 Almoxarifado Operacional

Os materiais em estoque utilizados na construção da infra-estrutura da concessão e na operação e manutenção da prestação dos serviços estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem seus custos de reposição ou valores de realização. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

3.5 Investimentos

Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição.

3.6 Imposto de Renda e contribuição social diferidos

São calculados pelas alíquotas efetivas de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro com base em diferenças temporárias e, reconhecido à medida que suas correspondentes bases forem incorridas.

3.7 Ativo financeiro da concessão

Conforme descrito na nota explicativa nº 3.1, o ativo financeiro representa a parcela estimada dos investimentos realizados que não serão amortizados até o final da concessão, ou seja, não serão recuperados via tarifa durante o período de concessão. Sobre esse ativo a Empresa possui o direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. É importante ressaltar que este não é um ativo financeiro como os demais ativos comparáveis e disponíveis no mercado, mas um ativo que deriva da intrínseca vinculação à infraestrutura existente na Empresa, suscetível a variações decorrentes das mudanças no ambiente regulatório e no preço das commodities relacionadas a infraestrutura. A Revisão Tarifária da Concessionária ocorre a cada 4 anos, e somente nesta data a Base de Remuneração é homologada pela ANEEL através do Valor Novo de Reposição – VNR depreciado. Cabe lembrar que o critério definido pela ANEEL atribui à infraestrutura do concessionário, ou seja, atribui valor ao ativo imobilizado, sendo o valor do ativo financeiro uma representação da parcela deste ativo imobilizado que não deve estar depreciado/amortizado ao final do prazo de concessão. Portanto, esse ativo financeiro é intrinsecamente vinculado à infraestrutura, a qual por sua vez tem seus critérios de avaliação definidos pela ANEEL. Esses critérios podem ser modificados pela ANEEL tempestivamente.

3.8 Ativo e passivo financeiro setorial

Em 10 de dezembro de 2014, foi assinado o Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, pelo qual foi assegurado que além dos valores indenizados referentes aos ativos ainda não amortizados dos bens reversíveis, também serão considerados, para fins de indenização, os saldos remanescentes (ativos ou passivos) de eventual insuficiência de recolhimento ou ressarcimento pela tarifa em decorrência da extinção, por qualquer motivo, da concessão, relativos a valores financeiros a serem apurados com base nos regulamentos preestabelecidos pelo Regulador, incluídos aqueles constituídos após a última alteração tarifária. Em 9 de dezembro de 2014, através da Deliberação CVM nº 732, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC aprovou a Orientação Técnica OCPC 08 e a emissão do Comunicado Técnico IBRACON nº 05/2014, tornaram obrigatório o reconhecimento prospectivo de determinados ativos e passivos financeiros setoriais pelas distribuidoras de energia elétrica. Com o advento do aditivo dos contratos de concessão, o CPC entende não mais haver incerteza significativa que seja impeditiva para o reconhecimento dos ativos e passivos financeiros setoriais como valores efetivamente a receber ou a pagar. Desta forma, a companhia passou a reconhecer a partir de 10 de dezembro de 2014 os ativos e passivos financeiros setoriais em suas demonstrações contábeis societárias.

3.9 Intangível

O ativo intangível da empresa corresponde ao direito de exploração de concessões, é originado dos investimentos na infraestrutura (aplicação do CPC 4 - ICPC 01 – OCPC 05 - Contratos de Concessão): Em função dos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica, o ativo intangível é registrado correspondendo ao direito que a Empresa possui de cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura da

concessão. Uma vez que o prazo para exploração é definido contratualmente, este ativo intangível de vida útil definida é amortizado pelo prazo de concessão de acordo com uma curva que reflita o padrão de consumo em relação aos benefícios econômicos esperados. Os itens que compõem a infraestrutura são vinculados diretamente à operação da Empresa, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação e determina que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão. Estes ativos estão avaliados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

3.10 Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Na elaboração das Demonstrações financeiras, a Empresa aplica os procedimentos do Pronunciamento Contábil CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável dos Ativos para apurar o valor recuperável dos ativos. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre seu valor justo menos custos para vendê-lo e seu valor de uso. O valor de uso é equivalente ao resultado dos fluxos de caixa futuros descontados, antes dos impostos, derivados do uso contínuo do ativo até o final da concessão. Quando o valor residual contábil do bem exceder seu valor recuperável, a empresa reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo no resultado do período.

3.11 Demais ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos circulantes e não circulantes estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

3.12 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores e prestadores de serviços são obrigações referentes a bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. Contempla, principalmente, os saldos a pagar relativos a aquisição de energia elétrica e de encargos de uso da rede elétrica.

3.13 Empréstimos e financiamentos

As obrigações desta natureza estão em moeda nacional, atualizadas pela variação monetária e pelas taxas efetivas de juros, incorridas até a data dos balanços, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidas dos custos de transação incorridos na captação dos recursos.

3.14 Demais passivos circulantes e não circulantes

Os demais passivos circulantes e não circulantes estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

3.15 Encargos setoriais

São obrigações a recolher, derivadas dos encargos do consumidor de energia elétrica, estabelecidos em lei federal e normatizados pela Agencia Nacional de Energia Eletrica – ANEEL.

3.16 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), aplicando-se, de acordo com a legislação vigente, a alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$ 240 mil anuais. A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%. A Empresa possui imposto de renda e contribuição social diferidos, os quais foram gerados pelas diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos/passivos, e, seus valores contábeis.

3.17 Benefício pós-emprego

A Empresa não possui planos de benefícios complementares de aposentadoria a empregados.

3.18 Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

3.19 Demonstrações do valor adicionado

A Empresa incluiu na divulgação das suas demonstrações financeiras a Demonstração do Valor Adicionado - DVA, que tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada e a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

3.20 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são quaisquer transações que dão origem a um ativo ou passivo financeiro. Somente são reconhecidos a partir da data em que a Empresa se torna parte das suas disposições contratuais. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido ou deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre na data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros, sendo:

(a) Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento

Se a Empresa tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos financeiros, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções ao seu valor recuperável.

(b) Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

(c) Instrumentos financeiros disponíveis para venda

Os ativos não circulantes são classificados como disponíveis para venda caso o seu valor contábil seja recuperado principalmente por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando a venda é altamente provável e o ativo não circulante estiver disponível para venda imediata em sua condição atual.

(d) Empréstimos e recebíveis

São designados para essa categoria somente os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não sejam cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções ao seu valor recuperável.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Contas bancárias a vista	229	341
Fundo Fixo de Caixa	10	10
Numerário em trânsito	22	28
Aplicações no mercado Aberto	<u>380</u>	<u>20</u>
	<u>641</u>	<u>400</u>

<u>Instituição financeira</u>	<u>Tipo de aplicação</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Remuneração</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Caixa Econ.Federal	FIC Giro Empresas RF Ref DI L	Indeterminado	13,5458%a.a.	127	-
Banrisul	CDB Automático	Indeterminado	Pós	166	-
Bradesco	Invest Plus em CCDI	Indeterminado	CDI	18	-
Sicredi	Sicredinvest	10/06/2020	CDI	<u>69</u>	<u>20</u>
				<u>380</u>	<u>20</u>

5. Consumidores

A composição da conta consumidores vencidos e a vencer está composta da seguinte forma:

Consumidores	2016			2015	
	Saldos Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Saldo Líquido	Saldo Líquido
Fornecimento Faturado	4.329	726	63	5.118	6.297
Residencial	2.152	546	55	2.753	2.772
Industrial	701	80	3	784	1.834
Comércio, Serviços e outras Atividades	965	93	6	1.063	1.143
Rural	107	5	0	112	105
Poder Público	142	1	-	144	144
Iluminação Pública	143	-	-	143	169
Serviço Público	120	-	-	120	130
Fornecimento Não Faturado	786	-	-	786	927
Créditos Renegociados	10	-	10	20	-
Participação Financeira do Consumidor	100	-	-	100	-
Outros Créditos	42	24	4	69	96
Subtotal	5.268	750	77	6.094	7.320
PCLD				- 67	- 28
Total	5.268	750	77	6.027	7.292

Os consumidores escolhem as datas de vencimento de suas faturas mensais. Após o vencimento, há a incidência de juros de 0,033% ao dia e multa de 2% sobre o valor das faturas dos consumidores em atraso. Na condição de prestadora de serviço público de distribuição de energia elétrica, a Companhia deve fornecer energia a todos os consumidores que solicitarem ligação à infraestrutura da concessão.

A seguir, estão demonstrados os saldos da provisão para créditos de liquidação duvidosa por classe de consumo:

Provisão Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD	2016	2015
Residencial	59	27
Industrial	3	-
Comércio, Serviços e outras Atividades	5	1
	67	28

O valor reconhecido foi constituído e considerado suficiente pela Administração da Empresa para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados: 1) Análise criteriosa das contas a receber para casos específicos; 2) Casos normais, conforme MCSE, sendo: a) Residenciais vencidos há mais de 90 dias; b) Comerciais vencidos há mais de 180 dias; c) Industrial, poder público e iluminação pública, vencidos há mais de 360 dias.

6. Serviços em curso

São registrados nesta conta os serviços em andamento controlados pelo sistema de ordens em curso, ou seja, Ordens de Serviço, de serviços próprios da concessionária, bem como valores relativos aos gastos com pesquisas e desenvolvimento e eficiência energética.

	2016	2015
Serviços Próprios	4	2
Auditoria P&D/PEE - REN nº 618/2014	42	42
Projeto Eficiência Energética	-	349
Projeto Pesquisa e Desenvolvimento	-	367
	46	760

7. Tributos compensáveis

	Circulante		Não Circulante	
	2016	2015	2016	2015
ICMS sobre aquisições para o imobilizado	97	224	84	86
INSS	-	10	-	-
Outros	1	1	-	-
	98	235	84	86

Quanto ao ICMS sobre aquisições destinadas ao ativo imobilizado é permitido ao contribuinte a utilização como créditos fiscais conforme previsto no Regulamento do ICMS do Estado do Rio Grande do Sul – Decreto nº 37.699/97.

8. Ativos e passivos financeiros setoriais

Anteriormente denominado de “ativos e passivos regulatórios” o ativo e passivo financeiro setorial já mencionado na nota 3.8 foi prospectivamente reconhecido a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2014. A Companhia de forma prospectiva aplicou o OCPC 08 – Reconhecimento de determinados ativos e/ou passivos das distribuidoras de energia elétrica e para propiciar melhor comparabilidade divulga abaixo os montantes relativos aos exercícios de 2016 e 2015.

Conta de Compensação de Variação de custos da "Parcela A" - CVA	Circulante	
	2016	2015
Ativo		
Reajuste tarifário de 2016 em compensação		
Parcela A - CVA	563	1.484
Demais ativos financeiros setoriais	653	21
	1.216	1.505
Variação capturada para reajuste tarifário em 2017		
Parcela A - CVA	218	3.798
Demais ativos financeiros setoriais	153	704
	370	4.502
Total	1.587	6.007
Passivo		
Reajuste tarifário de 2016 em compensação		
Parcela A - CVA	287	-
Demais passivos financeiros setoriais	1.437	607
	1.725	607
Variação capturada para reajuste tarifário em 2017		
Parcela A - CVA	540	90
Demais passivos financeiros setoriais	-	2.860
	540	2.950
Total	2.265	3.557
Total Líquido	(678)	2.450

1) **CVA – Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela “A”**: A partir de 26 de outubro de 2001, a ANEEL autorizou o diferimento da variação dos custos incorridos considerados não gerenciáveis (parcela “A”) que fazem parte do cálculo do índice de reajuste tarifário. Os principais custos que integram a Parcela “A” são: CDE, PROINFA, Energia Elétrica Comprada para Revenda e Subsídio – Irrigação e Aquicultura (Resolução ANEEL 207/2006). Integram ainda os valores apurados referente a neutralidade da Parcela A, apurados desde fevereiro de 2010. Os custos são registrados na Conta de Compensação de

Variação de Custos da “Parcela A” (CVA), atualizados pela taxa de juros SELIC e apropriados ao resultado quando incluídos na tarifa, fixada pela ANEEL no próximo reajuste tarifário.

2) Reajuste tarifário de 2016 em compensação: representado pelos custos não gerenciáveis capturados em períodos tarifários anteriores e repassados à tarifa de energia elétrica autorizada pela ANEEL para o período de 22 de julho de 2016 a 21 de julho de 2017.

3) Custos não gerenciáveis capturados para o reajuste tarifário de 2017: É composto pelos custos não gerenciáveis da parcela A apurados no período de 22 de julho de 2016 a 31 de dezembro 2016 os quais deverão integrar o próximo reajuste das tarifas em 22 de julho de 2017.

9. Outros ativos circulantes

	Circulante		Não Circulante	
	2016	2015	2016	2015
Empregados	32	35	-	-
Fornecedores	10	1	-	-
Alienação de bens e direitos	-	12	-	-
Rendas a receber	25	24	-	-
Subvenção Residencial Baixa Renda	27	30	-	-
Repasse CDE - Descontos na tarifa	40	146	-	-
Repasse CDE - Custos de energia	-	642	-	-
Desativações e alienações	7	16	-	-
Repasse PIS/COFINS consumidores	29	-	-	-
	169	906	-	-

A rubrica Repasse CDE – Descontos na tarifa refere-se ao valor a ser repassado pela Eletrobrás a título de ressarcimento aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, redação dada pela Medida Provisória nº 605, de 23 de janeiro de 2013, e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013. O valor mensal que a HIDROPAN tem a receber é de R\$ 40 Mil.

Devido aos altos custos financeiros ocasionados pelas condições hidroenergéticas desfavoráveis desde o final de 2012, relacionado principalmente aos baixos índices dos reservatórios das usinas hidroelétricas, o governo brasileiro emitiu o Decreto nº 7.945 com o intuito de neutralizar parte do problema de caixa enfrentado pelas distribuidoras. O referido decreto prevê o repasse de recursos da CDE – Conta de Desenvolvimento Energético, para cobrir custos decorrentes da (a) exposição no mercado de curto prazo limitado ao montante não atendido pela alocação de quotas; (b) risco hidrológico das cotas; e (c) ESS – Encargo de serviços do sistema (usinas térmicas). No exercício de 2016, a Empresa reconheceu como compensação de custos de energia referente aos valores aportados pela CDE um total de R\$ 1.234 Milhões correspondente a 6 parcelas, das quais, em 31 de dezembro de 2016, não há saldo remanescente a ser recebido.

10. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Referem-se ao imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre provisões temporariamente não dedutíveis, conforme segue:

	2016	2015
Diferenças temporárias		
Provisões para litígios	135	65
Base de cálculo dos créditos fiscais diferidos	135	65
Alíquota aplicável (contribuição social e imposto de renda)	34%	34%
Total do crédito fiscal sobre diferenças temporárias	46	22
Circulante	-	-
Não Circulante	46	22
Total do crédito fiscal sobre diferenças temporárias	46	22

11. Ativo Financeiro da Concessão

O ICPC 01 (IFRIC 12) (Contratos de concessão) estabelece as diretrizes para a contabilização, pelos operadores (concessionárias), dos contratos de concessão. De acordo com o ICPC 01 (IFRIC 12), a Companhia tem o direito a utilizar a infraestrutura da concessão para prestar os serviços de distribuição de energia elétrica. Esse direito está representado nas Demonstrações Contábeis pelo ativo financeiro e ativo intangível.

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Ativo financeiro		
Ativo financeiro da concessão	2.563	3.479
Intangível		
Ativo intangível concessão	<u>18.867</u>	<u>19.597</u>
Total contrato de concessão	<u><u>21.430</u></u>	<u><u>23.076</u></u>

Contrato de Concessão da Concessionária

A Empresa detém a concessão para distribuição de energia elétrica nos municípios de Panambi e Condor, conforme Decreto nº 89.583 de 24 de abril de 1984. Em 18 de outubro de 2000 a Empresa e a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL assinaram o Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 086/2000, o qual regulamenta a exploração dos Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica, com tecnologia adequada e métodos que garantem a prestação de serviço na área de concessão. Ao findar em 2015 o prazo de exploração da concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, em 8 de dezembro de 2015 a HIDROPAN e o Poder Concedente, por meio do Ministério de Minas e Energia assinaram o Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 086/2000-ANEEL. Constitui o objeto deste Termo Aditivo formalizar a prorrogação do Contrato de Concessão do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 086/2000 até 7 de julho de 2045, de acordo com o Despacho do Ministro de Estado de Minas e Energia de 9 de novembro de 2015, com fulcro na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, no Decreto nº 7.805, de 14 de setembro de 2012 e no Decreto nº 8.461, de 2 de junho de 2015. Importante destacar que além de todas as demais cláusulas deste Aditivo, o documento impõe condições para a prorrogação. A concessionária deverá observar pelo período de cinco anos contados de 1º de janeiro de 2016, as condições de eficiência na prestação do serviço de distribuição e de eficiência na gestão econômica e financeira contidas nos anexos II e III do referido documento. O descumprimento de uma das condições de prorrogação dispostas nos anexos II e III por mais de dois anos consecutivos ou quaisquer das condições ao final do período de cinco anos, acarretará a Extinção da Concessão, respeitadas as disposições do contrato, particularmente o direito à ampla defesa e ao contraditório.

A concessão da HIDROPAN não é onerosa, portanto, não há compromissos fixos e pagamentos a serem efetuados ao Poder Concedente. Ao término do prazo de vigência do contrato de concessão, os bens e instalações vinculados à distribuição de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, apurada por auditoria do próprio órgão regulador. Considerando que as condições estabelecidas pelo ICPC 01 Contratos de Concessão foram integralmente atendidas, a Administração da HIDROPAN concluiu que seu contrato de concessão está dentro do escopo do ICPC 01 e, portanto, os bens vinculados à concessão estão bifurcados em ativo financeiro de concessão e ativo intangível até 07 de julho de 2045.

Vinculação dos Bens a Concessão

De acordo com os artigos 63 e 64, do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/1999, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

A movimentação do ativo financeiro de concessão é apresentada como segue:

	Ativo financeiro da concessão	(-) Obrigações especiais	Total do ativo financeiro da concessão
Saldo em 31 de dezembro de 2015	3.479	-	3.479
Adições por transferência do intangível	0	-	0
Baixas por evento de cisão parcial	(917)	-	(917)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.563	-	2.563

12. Investimentos

	2016	2015
Bens e Direitos para Uso Futuro	30	30
Participações Societárias Permanentes	30	26
	60	57

13. Intangível

	2016	2015
Em serviço	22.054	22.406
Em curso	511	503
	22.565	22.909
Obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	(3.698)	(3.312)
	18.867	19.597

	2016			2015
	Custo histórico	Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Direito de concessões				
Infraestrutura de distribuição - em serviço	31.573	(13.117)	18.456	19.094
Infraestrutura de distribuição - em curso	411	-	411	503
Total de ativos intangíveis	31.984	(13.117)	18.867	19.597

As movimentações dos saldos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 são as seguintes:

	Direito de Concessão		
	Infraestrutura de distribuição em serviço	Infraestrutura de distribuição em curso	Total
	Saldo em 31/12/2015	19.094	503
Adições	1.493	3.942	5.435
Baixas	(2.255)	(1.048)	(3.303)
Amortização	(1.048)	-	(1.048)
Ajuste avaliação patrimonial	997	-	997
Transferência - intangíveis	-	(3.026)	(3.026)
Transferência - ativo financeiro	175	41	216
Saldo em 31/12/2016	18.456	411	18.867

Valor Recuperável dos Ativos

Aplicamos as disposições do Pronunciamento Técnico CPC 01 referente o Ajuste ao Valor Recuperável de Ativos e não encontramos indicativos de perdas a serem reconhecidas.

Ajuste de Avaliação Patrimonial

Os bens integrantes do intangível estão demonstrados ao custo de aquisição líquidos da depreciação acrescidos do ajuste de avaliação patrimonial, conforme laudo de avaliação elaborado por Aucon Auditores e Consultores Associados S.S., no ano de 2016 em decorrência de Cisão Parcial. A amortização foi calculada pelo método linear, com base no prazo estimado de vida útil.

Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

São obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no Serviço Público de Energia Elétrica na Atividade de Distribuição. A partir do segundo ciclo de Revisão Tarifária a quota de reintegração dos valores dos bens constituídos com recursos das Obrigações Especiais, independentemente da sua data de formação tem seus efeitos anulados no resultado contábil, através da amortização das referidas obrigações.

A composição dessas obrigações:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Participação da União/Estados/Municípios	-	-
Participação do Consumidor	3.698	3.312
	<u><u>3.698</u></u>	<u><u>3.312</u></u>

A Resolução ANEEL nº 223, de 29/04/2003, que estabelece as condições gerais para elaboração dos Planos de Universalização de Energia Elétrica, visando ao atendimento de novas unidades consumidoras ou aumento de carga, regulamentando o disposto nos artigos 14 e 15, de Lei nº 10.438, de 26/06/2002, fixa as responsabilidades das concessionárias e permissionárias do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica.

14. Fornecedores

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Encargos de uso da rede elétrica	206	199
Suprimento de energia elétrica	1.970	2.219
Passivo Financeiro - REN 243/2006	-	385
Materiais e serviços	257	340
	<u><u>2.433</u></u>	<u><u>3.142</u></u>

O Passivo financeiro referente à aplicação da REN n.º 243/2006 tem origem com o fim dos contratos iniciais, em dezembro de 2005, quando foi necessário estabelecer novas condições para o suprimento de energia às distribuidoras do Sistema Interligado Nacional — SIN, com mercado próprio inferior a 500 GWh/ano. A REN n.º 243/2006, estabeleceu o desconto de 100% no componente fio B da TUSD, sendo a TE fixada pelo seu valor real. A definição do desconto na TUSD levou em consideração aspectos físicos e econômicos relacionados às concessionárias de distribuição que não estão conectadas diretamente na rede básica. A aplicação da REN n.º 243, de 2006, foi retroativa a janeiro de 2006, pois as tarifas da REN n.º 206, de 2005, feriam o Decreto n.º 4.541, de 2006, ou seja, havia um vício de legalidade. Portanto a cada ano, na revisão tarifária anual, a ANEEL faz uma avaliação quanto à capacidade da concessionária em suportar a integração deste item financeiro nas tarifas. No caso da HIDROPAN o valor contabilizado corresponde a valores já deferidos e integralmente aplicados a tarifa que por sua vez são repassados mensalmente a razão de 1/12 a sua respectiva supridora. Em 2016 os valores que integravam as tarifas da HIDROPAN afim de que os seus respectivos consumidores efetivassem o repasse a supridora RGE foram integralmente pagos, sendo que a partir do reajuste de 22 de julho de 2016 as tarifas aplicadas já não mais contemplaram esse item de custo.

15. Empréstimos e financiamentos

Moeda Nacional	Circulante		Não Circulante	Total	
	Principal	Encargos	Principal	2016	2015
	2016		2016		
CEF	479	59	38	576	1.820
Banco Estado do RGS	1.142	55	-	1.197	928
BNDES	250	13	718	981	1.017
HP Financial	20	5	-	24	88
Banco do Brasil	24	0	-	24	47
Eletrobrás	1.826	-	2.587	4.413	6.239
Sicredi	1.103	99	78	1.280	1.429
Outros	738	22	-	760	422
	5.581	254	3.420	9.255	11.990

Captações de empréstimos e financiamentos do exercício foram:

Os empréstimos contraídos na Caixa Econômica Federal, foram destinados para capital de giro, com taxas de CDI+0,3% a.m., 0,97% a.m. e 1,37% a.m. BNDES: foram recursos captados através do Cartão BNDES Corporativo para aquisição de equipamentos de informática e telefonia, equipamentos e materiais aplicados em linhas e redes de distribuição. Não houve imobilização de encargos deste empréstimo, visto que os equipamentos foram imobilizados imediatamente. Os juros variam de 0,84% a.m. a 1,32% a.m. e juntamente com o valor principal são amortizados mensalmente.

O empréstimo realizado junto ao Banco do Estado do Rio Grande Sul, destinado para capital de giro com taxas de 1,86% a.m. O empréstimo realizado junto a Eletrobrás, com a finalidade dos investimentos em Linha de Distribuição (LD) e Subestação (SE) de 69kV, com taxa de juros de 5% a.a. e taxa de administração de 2%. Os encargos foram capitalizados durante a instalação da obra LD69kV. Empréstimo contraído junto ao Sicredi destinado a capital de giro, com taxa CDI+1,05% a.m.

Moeda nacional (equivalente em R\$)/Indexador	2016	%	2015	%
CDI + 1,05% a.m.	1.280	13,83	1.429	11,92
CDI + 0,3% a.m	263	2,85	1.020	8,50
7% a.a.	4.413	47,68	6.239	52,03
Outras	3.298	35,64	3.303	27,55
	9.255	100,00	11.990	100,00

Vencimentos das Parcelas de Longo Prazo:

	Moeda nacional	
	2016	2015
2017		3.883
2018	1.804	2.256
2019	1.267	1.371
2020	128	119
2021	106	117
2022	106	114
2023	9	9

Mutação de Empréstimos e Financiamentos:

	Moeda nacional		
	Encargos	Circulante	Não Circulante
Em 31 de dezembro de 2014	66	4.853	9.080
Ingressos	1.369	11.138	2.430
Transferências	-	5.017	(5.017)
Amortizações	(1.204)	(15.742)	-
Em 31 de dezembro de 2015	231	5.267	6.493
Ingressos	1.133	2.496	364
Transferências	-	3.436	(3.436)
Amortizações	(1.110)	(5.618)	-
Em 31 de dezembro de 2016	254	5.580	3.420

16. Tributos

	Circulante	
	2016	2015
ICMS	268	902
PIS	51	59
COFINS	234	271
CSLL	35	35
IRPJ	59	79
INSS	95	74
Outras	40	30
	782	1.449

17. Provisões para litígios

No julgamento da Administração são poucas as ações em que a HIDROPAN está envolvida. No entanto, face a Resolução CFC nº 1.180/2009, CPC 25 e baseados na opinião de consultores jurídicos contratados foi realizada uma criteriosa avaliação do que restou a provisionar os processos com probabilidade de perda classificada como provável. As provisões ficaram assim constituídas:

Provisões Passivas	2016	2015
Trabalhista	-	10
Cível	135	55
	135	65

18. Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Aos Acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a Legislação Societária vigente. A Empresa pagou aos Acionistas, como distribuição de lucros, o valor de R\$ 1.502 mil, conforme demonstrado a seguir:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Lucro líquido do exercício	1.913	2.109
Efeitos fiscais pela opção juros sobre capital próprio	(254)	(253)
Lucro líquido do exercício sem os efeitos fiscais dos juros sobre capital próprio	1.659	1.856
Reserva legal teórica sobre o lucro acima	(83)	(93)
Base de distribuição dividendos	1.576	1.763
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	394	441
Imposto de renda retido sobre juros capital próprio	(117)	(112)
Valor excedente ao dividendo mínimo obrigatório	1.108	999
Remuneração do capital próprio apropriada	1.502	1.440
Percentual de juros sobre capital próprio/dividendos	95,27%	81,64%

Composição dos saldos e distribuição de Dividendos e juros a Pagar:

	<u>A pagar</u>		<u>Distribuídos</u>	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Dividendos	41	8	600	-
Dividendo Mínimo Obrigatório	69	67	756	696
Juros sobre Capital Próprio	62	63	746	744
	172	137	2.102	1.440

19. Encargos setoriais

Os encargos setoriais são cobranças específicas impostas às concessionárias e permissionárias do Setor Elétrico. O quadro a seguir demonstra as obrigações a recolher derivadas dos encargos do consumidor de energia elétrica estabelecidas em Lei.

Composição do Saldo dos encargos:

	<u>Passivo Circulante</u>		<u>Passivo Não Circulante</u>	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	212	526	70	74
Programa de Eficiência Energética - PEE	839	905	175	185
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	551	760		-
Taxa de fiscalização – TFSEE	5	5		-
Encargos Tarifários Emergenciais	2	2		-
Adicional Bandeira Vermelha	83	1.140		
	1.691	3.338	245	260

20. Outros passivos circulantes

	<u>Circulante</u>	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Consumidores	84	213
Empregados	98	-
Diretores, Conselheiros e acionistas	0	9
Contribuição para Iluminação Pública	29	28
Outros Credores Transferência ICMS	734	486
Arrecadação para Entidades Comunitárias	132	89
	1.077	824

21. Passivo Não-Circulante – Tributos Diferidos

Corresponde aos saldos remanescentes de IRPJ e CSLL de Diferenças Temporárias, nas alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, sobre a constituição de Outros Resultados Abrangentes (nota 36) decorrente de ajustes de avaliação patrimonial reconhecido em 13 de setembro de 2016 por ocasião do evento especial de cisão parcial da companhia.

22. Patrimônio Líquido

Capital Social

O Capital social, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2016, é de R\$ 5.000 milhões, representado por 215.283 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Integralização de Capital

Em assembleia geral extraordinária ocorrida em 28 de junho de 2016, aprovada pela JUCERGS em 13 de setembro de 2016 sob registro nº 4333132, os acionistas aprovaram a cisão parcial da empresa para fins de desverticalização das atividades de geração de energia elétrica mediante a redução do capital social para R\$ 3.552.139,79 e o respectivo cancelamento de 179.096 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Logo em seguida aprovou-se aumento de capital com reserva de retenção de lucros no valor de R\$ 1.447.860,21, totalizando o novo valor do capital social da HIDROPAN em R\$ 5.000 milhões.

Reservas de Lucros

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Reserva legal	1.000	1.300
Reserva Retenção de lucros	5.526	6.791
	<u>6.526</u>	<u>8.091</u>

Reserva Legal é constituída aplicando-se 5% sobre o lucro líquido do exercício de cada ano, conforme legislação societária. A HIDROPAN atingiu o limite societário de 20% sobre o capital social para constituição de Reserva Legal. A constituição da Reserva Retenção de Lucros tem o objetivo de atender ao fluxo orçamentário de capital e de investimentos.

Outros Resultados Abrangentes

Refere-se ao saldo remanescente realizado líquido dos efeitos tributários ao final de dezembro de 2016 sobre o ajuste de avaliação patrimonial de ativos, consubstanciados em laudo de avaliação elaborado por Aucon Auditores e Consultores Associados S.S., que foi reconhecido oportunamente por evento de Cisão Parcial conforme descrito na nota explicativa nº 36.

23. Receita Operacional Líquida

Receita	Nº de consumidores		MWh		Reais Mil	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Fornecimento - Faturado	18.034	17.793	102.037	105.979	63.802	67.206
Residencial	16.271	16.059	34.288	33.021	27.925	26.490
Industrial	163	167	36.616	42.465	17.709	22.688
Comercial	1.138	1.112	17.503	17.462	11.886	11.746
Rural	274	268	3.131	2.744	1.168	1.099
Poder Público	155	154	2.520	2.460	1.766	1.706
Iluminação Pública	9	9	5.016	4.926	1.786	1.932
Serviço Público	18	18	2.784	2.703	1.562	1.546
Consumo Próprio	6	6	179	198	-	-
Uso da Rede Elétrica de Distribuição						
Consumidores Livres	2	-	-	-	198	-
Fornecimento Não Faturado					(141)	91
Obrigações Especiais (-)*					(230)	(267)
Ativo financeiro setorial líquido					407	(1.022)
	18.036	17.793	102.037	105.979	64.036	66.008
Outras Receitas						
Receita de Construção					2.048	1.489
Outras Receitas Operacionais (nota 24)					1.136	1.279
					3.184	2.769
Total da Receita Operacional Bruta					67.220	68.776
Deduções						
Tributos						
PIS					(1.026)	(1.165)
COFINS					(4.761)	(5.363)
ICMS					(16.414)	(14.599)
ISS					(7)	(6)
Subtotal					(22.208)	(21.133)
Encargos Setoriais						
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D					(166)	(176)
Programa de Eficiência Energética - PEE					(166)	(176)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE					(8.015)	(4.873)
Taxa de Fiscalização					(76)	(61)
Adicional Bandeiras Tarifárias					(981)	(4.872)
Subtotal					(9.403)	(10.157)
Total de Deduções da Receita					(31.611)	(31.290)
Total Receita Operacional Líquida					35.609	37.486

* Obrigações Especiais: De acordo com a orientação da ANEEL contida no Despacho nº 4.991, de 29 de dezembro de 2011, e de acordo com a metodologia aprovada para o 3º Ciclo de Revisão Tarifária, as receitas auferidas com ultrapassagem de demanda e excedente de reativos devem ser contabilizadas como obrigações especiais a partir da data contratual da revisão tarifária da concessionária.

24. Outras Receitas Operacionais

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Renda da Prestação de Serviços	58	46
Arrendamento e Aluguéis	280	246
Descontos Tarifários	536	621
Serviço Taxado	90	128
Subvenção Residência Baixa Renda	165	190
Ganhos na baixa/alienação de bens	7	49
	<u>1.136</u>	<u>1.279</u>

Outras Receitas Operacionais: São receitas decorrentes da prestação de serviços taxados, alugueis de uso mútuo de postes, taxas sobre vistorias, ligação e religação de unidades de consumo, aferição de medidores, emissão de 2ª via de conta, verificação de níveis de tensão a pedido do consumidor e outros que venham a ser estabelecidos pelo órgão regulador. Ainda contempla a rubrica Repasse CDE – Descontos na tarifa que refere-se ao valor a ser repassado pela Eletrobrás a título de ressarcimento aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, redação dada pela Medida Provisória nº 605, de 23 de janeiro de 2013, e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013.

25. Custos com energia elétrica

	<u>Quantidade MWh</u>		<u>Reais Mil</u>	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Energia Comprada				
Rio Grande Energia S/A - RGE	94.113	99.068	19.833	22.950
Proinfa	2.810	2.975	939	741
Microgeração e Minigeração	2	-	1	-
Subtotal	<u>96.925</u>	<u>102.043</u>	<u>20.772</u>	<u>23.691</u>
Crédito de Pis/Cofins - Energia Comprada			<u>(2.035)</u>	<u>(2.412)</u>
			<u>18.737</u>	<u>21.279</u>
Uso da Rede de Energia				
Encargos de uso da Rede Elétrica			2.216	2.122
Crédito de Pis/Cofins			<u>(190)</u>	<u>(198)</u>
			<u>2.026</u>	<u>1.923</u>
Total custo com energia elétrica			<u>20.763</u>	<u>23.202</u>

26. Outros custos

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Arrendamento e Aluguéis	78	62
Seguros	43	46
Doações	41	39
Provisão	193	11
Recuperação de despesas	(64)	(18)
Tributos	39	38
Indenização por perdas e danos	38	34
Taxa de arrecadação	158	158
Taxas bancárias	13	19
Conselho de Consumidores	27	23
Perdas na alienação e desativação de bens	175	95
Outros	9	-
	<u>750</u>	<u>507</u>

27. Resultado Financeiro

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receita Financeira		
Aplicações Financeiras	19	3
Multa/Juros s/ctas energia elétrica	686	480
Variação Monetária Ativa	176	-
Deságio aquisição crédito ICMS	174	88
Outras Receitas Financeiras	16	5
	<u>1.070</u>	<u>576</u>
Despesa Financeira		
Juros e Variação Monetária	1.188	1.509
Variação Monetária Passiva	303	160
PEE e P&D	144	114
Juros sobre Capital Próprio	746	744
Multa DIC-FIC	43	18
Outras Despesas Financeiras	13	4
	<u>2.436</u>	<u>2.549</u>
Resultado Financeiro Líquido	<u>(1.366)</u>	<u>(1.973)</u>

28. Reconciliação das Taxas Efetivas e Nominais da Provisão para Contribuição Social e o Imposto de Renda

Em 2016, baseados no planejamento tributário e demais análises de conjuntura, as quais demonstravam uma perspectiva de que as tarifas não acompanhariam o crescimento de mercado de energia por consequência uma queda nos resultados da empresa, optamos pela sistemática de apuração do Imposto de Renda baseada no Regime de Tributação do Lucro Real.

Apuração do imposto de renda e contribuição social

	Contribuição Social		Imposto de Renda	
	2016	2015	2016	2015
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda	1.743	2.037	1.743	2.037
Reversão dos juros sobre capital próprio	746	744	746	744
Lucro ajustado	2.488	2.781	2.488	2.781
Contribuição social e imposto de renda calculados (9% e 25%)	224	250	598	671
Efeitos fiscais sobre:				
Efeito líquido juros sobre capital próprio	(67)	(67)	(186)	(186)
Efeito das adições permanentes e temporárias	80	23	222	64
Efeito das exclusões	(63)	(21)	(174)	(58)
Diferimento/Reversão IRPJ e CSLL diferidos	(14)	-	(38)	-
Contribuição social e imposto de renda calculados (9% e 25%)	161	185	422	491
Incentivos fiscais	-	-	(7)	(5)
Contribuição social e imposto de renda no resultado	161	185	415	486

29. Instrumentos financeiros

O negócio da HIDROPAN compreende a distribuição de energia elétrica para os consumidores de sua área de concessão, portanto os instrumentos financeiros significativos estão relacionados às seguintes transações:

- Aplicações Financeiras em fundos, os valores contabilizados se aproximam do valor de mercado.
- Empréstimos e Financiamentos, o valor de mercado se aproximam dos valores contábeis.
- Valor justo, é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação na qual não há favorecidos. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço da Empresa pelo seu valor contábil, que equivale ao valor justo. Essa situação ocorre em função desses instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado ou por possuírem realização no curto prazo.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da HIDROPAN podem ser os seguintes:

- Risco de Crédito: A Empresa está obrigada, por força da regulamentação do Setor de Energia Elétrica e por cláusula incluída no Contrato de Concessão, a fornecer energia elétrica para todos os consumidores localizados na área de concessão. Há um risco inerente de a Empresa vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a empresa monitora as contas a receber de consumidores, suspendendo o fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, para refletir possíveis riscos de realização das contas a receber.

- Risco de Preço: Anualmente as empresas distribuidoras de energia elaboram os pleitos para reajuste das tarifas de energia elétrica, com base nas variações dos custos não gerenciáveis (denominados "Parcela A") e pela variação do IGP-M para os custos gerenciáveis (denominados "Parcela B"). Esses pleitos são revisados e homologados pela ANEEL. As tarifas, de acordo com o Contrato de Concessão, devem garantir o equilíbrio econômico-financeiro da Empresa.

30. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são realizadas em condições de similaridade às que seriam aplicadas entre partes não relacionadas, quanto a preços, prazos, encargos e qualidade, que contratassem com base em sua livre vontade e seu melhor interesse.

Os saldos com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2016 e 2015 são apresentadas a seguir, bem como o montante das transações envolvidas, ressalta-se que os ativos abaixo demonstrados estão incluídos em ativo financeiro de concessão ou ativo intangível:

Partes Relacionadas	2015				
	Ativo	Ativo	Passivo	Passivo	Receita (Despesa)
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	
Knorr Produtos e Serviços Elétricos S/A					
Material, Serviços e Aluguéis	-	231	2	-	(22)
	2016				
Knorr Produtos e Serviços Elétricos S/A					
Material, Serviços e Aluguéis	-	8	-	-	(24)

31. Seguros

A Concessionária possui apólices com coberturas de acordo com a orientação de especialistas, suficientes para cobrir eventuais perdas, considerando a natureza e o grau de risco dos ativos e responsabilidades. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data de vigência	Importância segurada	Prêmio
Riscos nomeados - usinas	12/06/2016 a 31/10/2017	-	-
Riscos nomeados - veículos	08/06/2016 a 31/08/2017	603	6
Riscos nomeados - equipamentos	27/03/2016 a 22/04/2017	985	8
Incêndio - imóveis próprios	30/05/2016 a 14/06/2017	1.778	7
Responsabilidade Civil - pessoal	31/12/2016 a 31/12/2017	10.754	24
Responsabilidade Civil - veículos	08/06/2016 a 31/08/2017	2.845	26
		16.965	70

32. Programas de Eficiência Energética e de Pesquisa e Desenvolvimento

A HIDROPAN cumpriu rigorosamente os prazos de recolhimentos dos recursos para F.N.D.C.T. e para E.P.E./M.M.E. Em 2016 foi concluída a execução do projeto de Pesquisa e Desenvolvimento denominado: Desenvolvimento de metodologia de avaliação do potencial eólico para terrenos complexos visando geração distribuída que totalizou R\$ 414 mil investidos. Também foi concluída a execução do projeto de eficiência energética que consiste em promover a efficientização em comunidades de baixo poder aquisitivo através de conscientização e substituição de lâmpadas incandescentes por lâmpadas bulbo LED, geladeiras e trocadores de calor, informar os consumidores sobre os benefícios dos projetos de eficiência energética, bem como as exigências legais que totalizou um valor aplicado de R\$ 357 mil.

Abaixo segue a demonstração dos recursos pendentes de aplicação referente aos Programas de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento:

	Passivo Circulante		Passivo Não Circulante	
	2016	2015	2016	2015
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	195	509	70	74
FNDCT	11	11	-	-
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	6	5	-	-
Total de Pesquisa e Desenvolvimento	212	526	70	74
Programa de Eficiência Energética - PEE	839	905	175	185
	1.051	1.431	245	260

33. Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica

O Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso de Energia Elétrica "Luz para Todos" foi instituído pelo Decreto nº. 4.873, de 11 de novembro de 2003, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia e operacionalizado pela Eletrobrás. Na área de concessão da Hidroelétrica Panambi S.A., o atendimento a todos os consumidores está contemplado com a universalização, não havendo necessidade de inclusão da Empresa no programa "Luz para Todos".

34. Questões Sociais e Ambientais

A Hidroelétrica Panambi até setembro de 2016 possuía Licença de Operação concedida pela FEPAM da PCH Rio Palmeira e PCH Rio Alegre. De acordo com as condições e restrições exigidas pelo órgão ambiental do estado, a HIDROPAN executou atividades de monitoramento da qualidade da água e ictiofauna, Programa de Educação Ambiental, controle de processos erosivos, recomposição das Áreas de Preservação Permanente, entre outras atividades. As atividades envolveram as equipes de meio ambiente (Geólogo, Biólogo e Engenheiro Florestal) e funcionários da HIDROPAN, lindeiros das PCH's, escolas e comunidade dos municípios de Panambi e Condor. No quadro abaixo apresentamos os gastos com meio ambiente despendidos no exercício de 2016, bem como a previsão de gastos para o exercício seguinte:

Natureza	2016		Previsão 2017	
	Imobilizado	Resultado	Imobilizado	Resultado
Material e Serv.Terceiros	-	67	-	60

35. Ajuste a Valor Presente

Observando as disposições do CPC 01 e por se tratarem de valores irrelevantes nas contas de clientes, outros créditos e fornecedores não houve ajustes a valor presente no resultado da empresa.

36. Fato relevante

Cisão Parcial

Em 23 de julho de 2015, a HIDROPAN, por meio do Ofício HP nº 129/2015, registrado sob o SIC nº 48513.020566/2015-00, protocolou junto a ANEEL pedido de anuência prévia para: a) Alteração de atos constitutivos: Redução de capital social em função da proposta de cisão societária motivada pela desvinculação dos ativos de geração de propriedade da distribuidora, e demais imóveis administrativos inservíveis a concessão; e b) Desvinculação de bens: Desvinculação dos ativos de geração da concessionária e demais imóveis administrativos no sentido de viabilizar a desverticalização das atividades da empresa. A intenção da Hidropan é implementar a Cisão Parcial mediante a transferência de ativos de geração e outros ativos inservíveis a concessão (parcelas do ativo consistidos de bens imóveis, obras civis, máquinas, equipamentos e instalações) que hoje integram o seu patrimônio. Tais ativos serão incorporados pela Hidropan Participações S.A., sua parte relacionada (as empresas têm os mesmos sócios). Decorrido o prazo para análise do processo a ANEEL, em 03 de março de 2016 publicou o Despacho nº 485 confirmando a anuência. De posse da anuência da ANEEL, os acionistas da HIDROPAN em assembleia geral extraordinária ocorrida em 28 de junho de 2016, aprovada pela JUCERGS em 13 de setembro de 2016 sob registro nº 4333132, os aprovaram as bases da cisão parcial da empresa para fins de desverticalização das atividades de geração de energia elétrica mediante a redução do capital social para R\$ 3.552.139,79 e o respectivo cancelamento de 179.096 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

37. Eventos subsequentes

Investimentos

Conforme demonstrado na nota explicativa nº 12 a HIDROPAN possui investimento em bens e direitos para uso futuro no valor de R\$ 30 mil. Trata-se esse bem de um terreno urbano, com área de 464,20m², situado na Rua Assis Brasil, lado ímpar, distante ao norte 103,30 metros da esquina com a Rua Sinimbu, Bairro Italiana, nesta cidade de Panambi-RS. O bem retromencionado foi vendido em 03 de janeiro de 2017 conforme escritura pública de compra e venda nº 1.705-083 e terá seus efeitos reconhecidos no balanço de 2017.

DIRETORIA

Eduardo Knorr Diretor CPF – 543.366.780-49	Olávio José Melchiors Diretor CPF – 249.848.509-06
--	--

Lázaro de Moura Schumann
Contador – CRC/RS Nº 77.515
CPF – 967.608.770-04

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

OTTO WILLY KNORR
CPF – 007.180.760-87

WALTER ALFREDO LOOSE
CPF – 060.649.730-72

RUY KNORR
CPF – 065.130.260-91

LARS KNORR
CPF – 594.507.970-72

EDUARDO KNORR
CPF – 543.366.780-49

HERBERT KNORR
CPF - 065.405.119-49

UDO CARLOS LOOSE
CPF - 187.430.480-72

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.

**Diretores e Acionistas de
HIDROELÉTRICA PANAMBI S/A
PANAMBI-RS**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **HIDROELÉTRICA PANAMBI S/A**, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **HIDROELÉTRICA PANAMBI S/A** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da companhia e apresentada como informação suplementar, não é requerida como parte integrante das demonstrações contábeis às sociedades anônimas de capital fechado. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro; planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos; e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às

circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 29 de março de 2017.

Relatório da Administração Regulatório

Senhoras e Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2016, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da Hidroelétrica Panambi S/A - HIDROPAN para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

Carta do Presidente

Cenário

A HIDROPAN atua no segmento de distribuição de energia elétrica, aproveitando seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de 90 anos de existência. Em 2016, o mau desempenho da economia na área da concessão teve um reflexo negativo sobre a demanda por energia elétrica, com destaque para o setor industrial com uma queda de 13,77% com relação à 2015. O consumo do setor residencial também foi representativo, atingindo o patamar de 34.288 MWh (33.021 MWh em 2015). Somada, a demanda dos dois setores representa 69,49% de toda a energia comercializada pela Outorgada em 2016 (71,23% em 2015). O reconhecimento público com relação às medidas adotadas pela Outorgada para melhorar a qualidade de seus serviços e o relacionamento com os consumidores pode ser verificado por meio do resultado do Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor – IASC, onde a HIDROPAN em 2016 ficou classificada entre as 63 distribuidoras de energia elétrica pesquisadas, em 2º lugar.

Distribuição de energia elétrica

Atualmente, A HIDROPAN é responsável pela distribuição de energia elétrica para os municípios de Panambi e Condor, localizados na região noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Para atender a demanda de 18.034 unidades consumidoras em uma área de concessão de 151 km², a HIDROPAN conta com 56 colaboradores próprios, dispõem de uma estrutura com 540,8 km de redes de distribuição primária e secundária, uma moderna linha 69kV de 40 km e uma subestação entrada linha de 69kV. Com sede em Panambi - RS, é uma sociedade anônima, de capital fechado, fundada em 26 de setembro de 1926, sendo uma empresa com formação típica familiar, contando atualmente com 28 acionistas.

. **Ligação de consumidores** - foram realizadas, no ano, 241 novas ligações com destaque 212 residenciais e 26 comerciais, totalizando 18.034 consumidores atendidos pela HIDROPAN, número 1,35% superior ao de 2015.

Número de Consumidores					
Consumidores	2012	2013	2014	2015	2016
Residencial	14.674	15.121	15.618	16.059	16.271
Comercial	1.032	1.057	1.089	1.112	1.138
Industrial	160	165	169	167	163
Rural	280	288	279	268	274
Poderes Públicos	135	141	149	154	155
Iluminação Pública	9	9	9	9	9
Serviço Público	17	17	18	18	18
Outros	7	6	6	6	6
Total	16.314	16.804	17.337	17.793	18.034
Variação	3,07%	3,00%	3,17%	2,63%	1,35%

. **Comportamento do mercado** - A distribuição de energia da HIDROPAN no período de janeiro a dezembro de 2016 foi de 102.037 MWh (105.979 MWh em 2015).

O segmento do mercado que mais contribuiu para esse resultado negativo foi o industrial. A classe industrial foi a única com redução: 13,77% no consumo de energia elétrica. Principais atividades que tiveram redução no consumo foram: Produção de artefatos estampados de metal, redução de 20,35%, justificado pela migração de duas unidades consumidores para o mercado livre. Fabricação de máquinas e equipamentos para a agricultura e pecuária, com redução de 11,89%, devido a retração do mercado de máquinas agrícolas. A classe rural apresentou crescimento de 14,09% no consumo de energia elétrica, o que mostra a retomada das atividades deste setor, retornando a patamares de consumo de 2014.

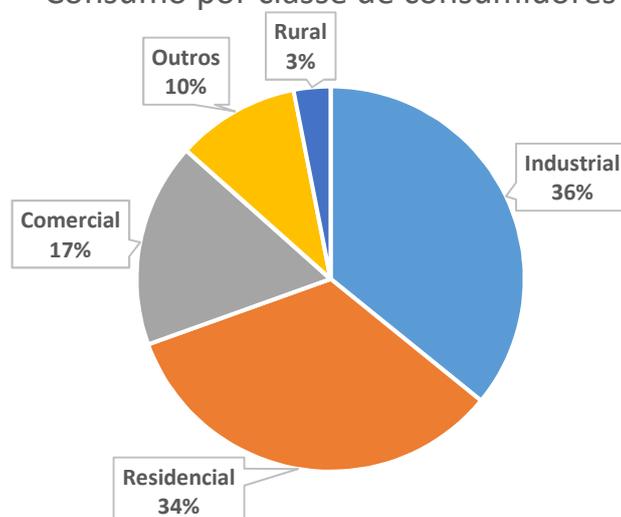
. A classe residencial apresentou aumento de 3,84%, também demonstrando retomada no consumo em montes próximos a o que já ocorreu em 2014, quando foi atingido pela HIDROPAN o seu recorde de consumo.

A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período:

Mercado Atendido

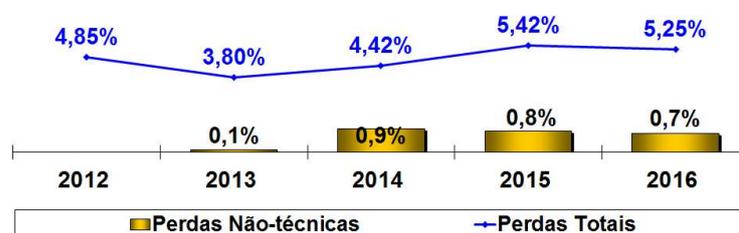
Mercado Atendido - MWh	2012	2013	2014	2015	2016
Energia Faturada	104.865	114.801	119.962	105.979	102.037
Fornecimento	104.865	114.801	119.962	105.979	102.037
Residencial	29.194	31.209	34.451	33.021	34.288
Comercial	16.370	16.906	18.196	17.462	17.503
Industrial	46.657	53.557	53.879	42.465	36.616
Rural	2.963	2.945	3.102	2.744	3.131
Poderes Públicos	2.218	2.307	2.564	2.460	2.520
Iluminação Pública	4.436	4.718	4.813	4.926	5.016
Serviço Público	2.847	2.971	2.757	2.703	2.784
Consumo Próprio	180	188	200	198	179
Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Uso da Rede de Distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	-	-
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Total	104.865	114.801	119.962	105.979	102.037
Varição	3,58%	9,48%	4,50%	-11,66%	-3,72%

Consumo por classe de consumidores



. **Perdas** - As perdas totais de energia sobre a energia requerida apresentaram uma evolução negativa de 6,86% de 2015 para 2016. Embora os resultados apresentem pequena melhora no volume de perdas, as mesmas têm se mantido estabilizadas.

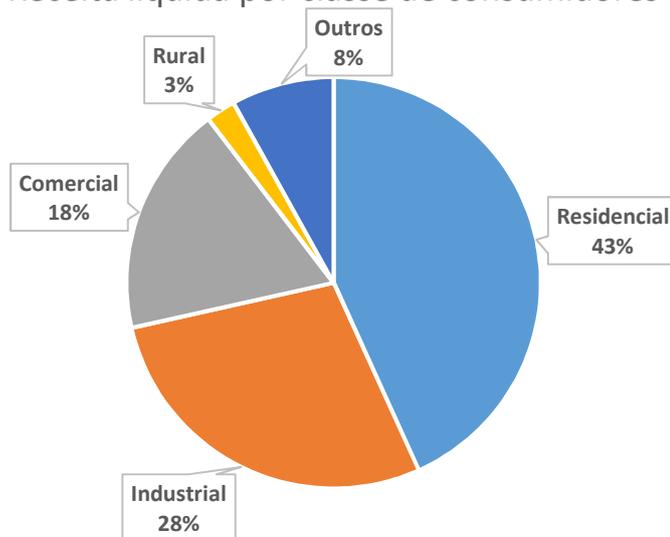
Energia Requerida - GWh	2012	2013	2014	2015	2016
Venda de Energia	104.865	114.801	119.962	105.979	102.037
- Fornecimento	104.865	114.801	119.962	105.979	102.037
- Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	-	-
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Mercado Atendido	104.865	114.801	119.962	105.979	102.037
Perdas na Rede Básica					
Pernas na Distribuição	5.340	4.533	5.544	6.075	5.658
Perdas Técnicas	5.548	4.416	4.353	5.145	4.865
Perdas não Técnicas - PNT	(208)	117	1.191	930	792
PNT / Energia Requerida %	-0,2%	0,1%	0,9%	0,8%	0,7%
Perdas Totais - PT	5.340	4.533	5.544	6.075	5.658
PT / Energia Requerida %	4,85%	3,80%	4,42%	5,42%	5,25%
Total	110.205	119.334	125.506	112.054	107.695



Receita - A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, importou em R\$ 49,3 milhões, conforme quadro a seguir:

Classe	Receita Líquida em R\$ mil		
	2016	2015	%
Residencial	21.327	19.888	7,24
Industrial	13.910	18.960	- 26,63
Comercial	8.966	8.793	1,97
Rural	1.133	1.061	6,75
Outros	3.963	3.996	- 0,85
Total	49.299	52.698	- 6,45

Receita líquida por classe de consumidores



Número de consumidores - O número de consumidores faturados em dezembro de 2016 apresentou um crescimento de 1,35 % sobre o mesmo mês do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Número de Consumidores			
Classe	2016	2015	%
Residencial	16.271	16.059	1,32
Industrial	1.138	1.112	2,34
Comercial	163	167	- 2,40
Rural	274	268	2,24
Outros	188	187	0,53
Total	18.034	17.793	1,35

Tarifas - A tarifa média de fornecimento de energia elétrica em dezembro de 2016, atingiu R\$ 429,04/MWh, com aumento de 3,53% com relação a dezembro de 2015. Em 2016, por meio da Resolução ANEEL nº 2.109 de 19/07/2016, a HIDROPAN foi autorizada a aplicar o reajuste tarifário anual com efeito médio percebido de -10,27% nas tarifas de seus consumidores.

Tarifa média de fornecimento	
Classe	em R\$/MWh
Residencial	488,40
Industrial	336,31
Comercial	411,21
Rural	310,99
Outros	385,79

Qualidade do fornecimento - Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Ano	DEC (horas)	FEC (Interrupções)	Tempo de espera (horas)
2016	7,61	8,74	0,72
2015	5,96	8,70	0,70
2014	6,73	10,14	0,75
2013	5,38	11,03	0,66
2012	17,05	19,21	0,83

Atendimento ao consumidor - Desde o início do ano de 2015, a HIDROPAN está com o novo site disponível para facilitar o acesso aos consumidores. Com design moderno, tecnologia avançada e ampla quantidade de elementos, a página www.hidropan.com.br proporciona uma experiência de navegação mais dinâmica e interativa. A nova plataforma proporciona ao cliente um acesso mais rápido aos serviços da “Agência Virtual”.

Através do site, o consumidor pode requisitar na “Agência Virtual”, serviços antes realizados somente por telefone ou via agência de atendimento presencial, tais como: emissão de segunda via, atualização de dados cadastrais, número de telefone (SMS), e-mail, informar autoleitura, solicitar informações, simulador de consumo, consultar histórico de consumo, consultar normas técnicas, tarifas vigentes, entre outros.

A área social também recebeu um espaço de destaque no portal. Ao acessar o site, o usuário encontrará em “Compromisso Social” dicas de segurança relacionadas à energia elétrica no ambiente doméstico. Ainda podem ser encontradas dicas de economia de energia. No link dedicado ao Programa de Eficiência Energética (PEE) da Hidropan, o consumidor encontrará os principais projetos desenvolvidos pela companhia.

Mobile

A Hidropan disponibiliza, para os consumidores que possuem smartphones, uma versão mobile da “Agência Virtual” da concessionária. O cliente poderá acessar a página da Hidropan adaptada ao sistema de telefonia móvel.

Tecnologia da informação - Sistema de Monitoramento de Redes de Computadores - PoC

Estão sendo realizados estudos para implantação de um sistema de monitoramento do ambiente de rede, servidores, desktops, ativos de redes (roteadores, switches, access points) e serviços para monitorar a disponibilidade, experiência de usuário e qualidade de serviços que são disponibilizados pelo Datacenter da empresa. Tal ferramenta tem a denominação de “Zabbix” e é totalmente gratuita, podendo ser instalada em servidores ou desktops que podem ser físicos ou virtualizados.

A fase atual do projeto está no que se denomina como PoC (Proof of Concept - Prova de Conceito) de software para realizar testes antes da homologação para aprovação. Nada mais é do que um laboratório experimental que visa a reduzir os erros técnicos.

A ferramenta de monitoramento de redes Zabbix oferece uma interface 100% Web para administração e exibição de dados. Os alertas do sistema de monitoramento Zabbix podem ser configurados para utilizar vários métodos de comunicação, como SMS, e-mail e abertura de chamados em sistemas de helpdesk. O sistema permite ainda que ações automáticas como, por exemplo, restart de serviços sejam executados a partir de eventos.

Além disso, os dados históricos coletados pelo sistema de monitoramento fornecem informações de disponibilidade, desempenho e capacidade da infraestrutura, justificando investimentos e custos fixos, para que compras e upgrades sejam feitos de forma racional.

Desempenho econômico-financeiro

Em 2016, o lucro líquido foi de R\$ 1,790 milhões, contra R\$ 1,867 milhões em 2015, um decréscimo de 4,12%. A receita operacional líquida atingiu R\$ 33,254 milhões, enquanto em 2015 situou-se em R\$ 35,211 milhões. Essa queda de 5,56% resulta da aplicação do efeito do reajuste médio tarifário que em 2016 foi de -10,27%.

As despesas operacionais totalizaram em 2016 R\$ 30,241 milhões, -5,26% inferiores em relação à 2015, destacando-se os custos com: energia elétrica comprada para revenda que caiu 11,95%. A rentabilidade do Patrimônio Líquido do exercício foi de 14,69% contra 9,76% em 2015.

O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 4,238 milhões, inferior em 7,75% a 2015, que foi de R\$ 4,594 milhões, conforme evolução abaixo:

EBITDA ou LAJIDA



Investimentos: Em 2016, os investimentos da HIDROPAN, importaram em R\$ 1,961 milhão, 42,10% superiores em relação à 2015, dos quais R\$ 1.893 mil foram realizados em Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição. Para esta mesma rubrica nos próximos 5 (cinco) anos, a Companhia estima um investimento total de R\$ 4.069 mil.

Evolução e Projeção dos Investimentos

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	R\$ Mil Nominais			R\$ Mil em moeda constante de 31/dez/2016				
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
AIS Bruto ¹	1.616	1.280	1.893	801	568	1.915	422	364
Transformador de Distribuição	247	194	261	33	27	8	10	57
Medidor	252	237	420	225	225	225	225	225
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	304	381	331	228	82	-	-	-
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	771	467	828	314	233	82	82	82
Redes Alta Tensão (69 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	-	-	-	-	-	1.600	105	-
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	42	1	52	-	-	-	-	-
Obrigações Especiais do AIS Bruto	(610)	(518)	(468)	-	-	-	-	-
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	(405)	(251)	(238)	-	-	-	-	-
Outros	(205)	(267)	(230)	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Originadas da Receita	(205)	(267)	(230)	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Ultrapassagem de demanda	(83)	(108)	(110)	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Excedente de reativos	(122)	(159)	(120)	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Outros	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Outros	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.

R\$ Mil	2016R	2017P	2018P	2019P	2020P	2021P
Plano de Investimentos 2016	1.893	801	568	1.915	422	364

R\$ Mil	2016P	2017R	2018R	2019R	2020R
Plano de Investimentos 2015	2.744	441	276	268	277

Diferença	-31,0%	81,5%	105,7%	614,5%	52,3%
-----------	--------	-------	--------	--------	-------

Captações de recursos: Para viabilizar o programa de investimentos do ano, a HIDROPAN captou um total de R\$ 364 mil em recursos de financiamentos, destacando-se a linha do Cartão BNDES.

Valor adicionado: Em 2016, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela HIDROPAN foi de R\$ 40,49 milhões, representando 60,27% da Receita operacional bruta, com a seguinte distribuição:
Política de reinvestimento e distribuição de dividendos: Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o lucro líquido do exercício, ajustado de conformidade com a legislação societária vigente.

Entretanto, a HIDROPAN optou por pagar juros sobre o capital próprio, de acordo com o artigo 90 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, que permitiu a sua dedutibilidade, para fins de imposto de renda e contribuição social. No exercício de 2016, a HIDROPAN pagou a título de juros sobre o capital próprio o montante de R\$ 746 mil (R\$ 744 mil em 2015).

Além disso, a HIDROPAN reteve o saldo remanescente do lucro líquido do exercício como Reserva de Lucros para Expansão, de modo a assegurar a realização de obras no exercício seguinte, devidamente justificado pelo orçamento de capital pela Outorgada.

Composição acionária: Em 31 de dezembro de 2016 o capital social da HIDROPAN era de R\$ 5 milhões, composto por 215.283 ações ordinárias (100%), sem valor nominal.

Atendimento a acionistas: Coerente com a filosofia de postar-se diante do mercado como uma empresa transparente, moderna e aberta, a HIDROPAN coloca à disposição dos seus acionistas atendimento personalizado na sua sede à Rua Sete de Setembro, 918 – Centro – Panambi - RS. O atendimento presta informações sobre a posição acionária individual, dividendos, solicitações para a emissão de certificados e crédito dos dividendos, e demais informações para o bom relacionamento entre a Companhia e seus Acionistas. Os mesmos serviços estão disponíveis também por telefone, com ligações pelo sistema DDR por meio do número: 55 3376 9800.

Gestão

Administração: A HIDROPAN tem como um de seus mais valiosos ativos intangíveis a concessão para exploração de distribuição de energia elétrica. O contrato de concessão de distribuição da HIDROPAN foi prorrogado por mais 30 anos. A prorrogação, com início de vigência a partir de 7º de julho de 2015, trouxe alterações em relação ao contrato atual, condicionando a continuidade da concessão ao cumprimento, por parte da Distribuidora, de novos critérios de qualidade e sustentabilidade econômico-financeira. Ao obter, no final do ano 2015, a prorrogação do contrato de concessão, a HIDROPAN entrou na fase final de sua reestruturação organizacional, em conformidade com os parâmetros do novo modelo institucional do setor elétrico e os novos cenários da economia brasileira. A medida atende às exigências da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. A intenção da ANEEL é assegurar total clareza e transparência nas relações comerciais entre os agentes que atuam nas diferentes etapas do processo de produção e venda de energia elétrica para garantir ao consumidor que as tarifas cobradas espelhem com fidelidade toda a cadeia de custos.

Planejamento empresarial: A HIDROPAN, preocupada com o processo de adaptação às mudanças aceleradas no Setor Elétrico, elaborou seu plano estratégico de longo prazo.

A concepção desse planejamento proporcionou o desenvolvimento do pensamento estratégico no âmbito gerencial das unidades e, ao mesmo tempo, criou um conjunto de estratégias adequadas aos diferentes cenários, possibilitando antecipar ações de reação às mudanças estruturais do setor elétrico e da conjuntura econômica global.

Gestão pela qualidade total: A HIDROPAN implementou e certificou o Sistema de Gestão da Qualidade de acordo com as Normas ISO 9001 e 10002, tendo como objetivo melhorar continuamente os Processos de: a) Processo de Coleta dos Dados e Apuração dos Indicadores Comerciais e de Continuidade; b) Envio dos Indicadores Comerciais e de Continuidade à Aneel; c) Distribuição de Energia Elétrica para Panambi e Condor; d) Tratamento de Reclamações dos Consumidores (NBR ISO 10002).

A Política de Qualidade é Prestar serviços com qualidade e eficiência, distribuindo energia elétrica de forma sustentável em Panambi e Condor.

A política da gestão de reclamações de clientes da Hidropan está alicerçada na agilidade, transparência, eficiência e eficácia de seus serviços. Através desta política, estamos comprometidos com o aprimoramento de nossos processos, objetivando a melhoria contínua dos serviços prestados e da satisfação dos clientes.

Recursos humanos: O setor de Recursos Humanos da HIDROPAN assessorou a direção e setores da empresa em atividades de planejamento, contratações, negociações de relações humanas e do trabalho, bem como atuou em processos de orientação sobre a importância da saúde e segurança no trabalho.

O RH é responsável por uma série de atividades e processos, que procuram fazer com que as pessoas alcancem as metas e objetivos propostos através de um tipo de comportamento, atitudes ou cultura. Também cuida dos processos que selecionam as pessoas, treinam, desenvolvem e remuneram as pessoas. Em 2016, foi expressivo o investimento em capacitação dos colaboradores, a média foi de 31,5 horas por colaborador. Entre eles tiveram cursos obrigatórios e legais, de capacitação e desenvolvimento, além de vivenciar novas realidades com a experiência dos instrutores.

A Hidropan continua acompanhando e incentivando os colaboradores a darem seguimento nos estudos, principalmente em relação àqueles que não possuem o nível fundamental e médio completo.

O RH, anualmente realiza uma pesquisa de satisfação do Colaborador, com o objetivo de medir o clima no ambiente de trabalho. Segundo o autor Coda, o clima é o indicador do grau de satisfação dos membros de uma empresa, em relação a diferentes aspectos da organização, tais como políticas de RH, modelo de gestão, missão da empresa, processo de comunicação, valorização profissional e identificação com a empresa.

Responsabilidade social: Cada vez mais, a HIDROPAN vem reforçando seu papel de empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social, tem atuado por meio de políticas, programas e práticas voltadas para o meio ambiente, o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade.

HIDROPAN em números

Atendimento	2016	2015	%
Número de consumidores	18.034	17.793	1,35
Número de empregados	56	59	- 5,08
Número de consumidores por empregado	322	302	6,78
Número de localidades atendidas	2	2	-
Número de agências	1	1	-
Número de postos de atendimento	2	2	-
Número de postos de arrecadação	19	19	-
Mercado			
Área de concessão (Km ²)	151	151	-
Geração própria (GWh)	11	10	7,59
Demanda máxima (MWh/h)	26,41	23,35	13,10
Distribuição direta (GWh)	102	106	- 3,72
Consumo residencial médio (kWh/ano)	2.082	2.052	1,46
Tarifas médias anuais de fornecimento (R\$ por MWh)			
Total (exceto curto prazo)	429,04	414,41	3,53
Residencial	488,40	541,23	- 9,76
Industrial	336,31	426,74	- 21,19
Comercial	411,21	487,81	- 15,70
Rural	310,99	382,43	- 18,68
DEC (horas)	7,61	5,96	27,68
População atendida - Urbana (em milhares de habitantes)	43.319	36.789	17,75
População atendida - Rural (em milhares de habitantes)	4.980	3.650	36,44
FEC (número de interrupções)	8,74	8,70	0,46
Número de reclamações por 10.000 consumidores	0,98	1,23	- 20,33
Operacionais			
Número de usinas em operação	0	2	- 100,00
Número de subestações	1	1	-
Linhas de distribuição (Km)	540,8	529,4	2,15
Capacidade instalada (MW)	31,71	29,20	8,60
Financeiros			
Receita operacional bruta (R\$ mil)	64.827	66.469	- 2,47
Receita operacional líquida (R\$ mil)	33.254	35.211	- 5,56
Margem operacional do serviço líquida (%)	9,06	9,35	- 3,06
EBITDA ou LAJIDA (R\$ mil)	4.238	4.594	- 7,75
Lucro líquido (R\$ mil)	1.790	1.867	- 4,16
Lucro líquido por ação (R\$)	8,31	4,73	75,80
Patrimônio líquido (R\$ mil)	12.182	19.140	- 36,35
Valor patrimonial por ação (R\$)	56,59	48,47	16,75
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	14,69	9,76	50,57
Endividamento do patrimônio líquido (%)			
Em moeda nacional (%)	75,96	62,65	21,25
Indicadores de performance			
Salário Médio dos Funcionários (R\$)	2.720,17	2.313,14	17,60
Energia Gerada / Comprada por Funcionário em MWh	1.923,14	1.899,22	1,26
Energia Gerada / Comprada por Consumidor em MWh	5,97	6,30	- 5,17
Retorno de Ativos por unidade	9,71	7,43	30,67

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da HIDROPAN. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da HIDROPAN.

Panambi – RS, 17 de março de 2017.

A Administração

Hidroelétrica Panambi S/A - HIDROPAN
CNPJ nº 91.982.348/0001-87

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

Ativos	Notas	2016	2015
Ativo Circulante		8.844	15.725
Caixa e equivalentes de caixa		641	400
Consumidores	(4)	6.027	7.292
Serviços em curso		46	760
Tributos compensáveis		98	235
Depósitos judiciais e cauções		156	-
Almoxarifado operacional		83	72
Ativos financeiros setoriais	(6)	1.587	6.007
Despesas pagas antecipadamente		37	53
Outros ativos circulantes		169	906
Ativo Não Circulante		25.899	31.894
Tributos compensáveis		84	86
Imposto de Renda e contribuição social diferidos	(8)	46	22
Bens e Direitos para Uso Futuro		30	30
Bens e Atividades Não Vinculadas à Concessão		30	26
Imobilizado	(5)	24.467	30.478
Intangível		1.242	1.251
Total do ativo		34.744	47.619

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Hidroelétrica Panambi S/A - HIDROPAN
 CNPJ nº 91.982.348/0001-87

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

Passivos e Patrimônio Líquido	Notas	2016	2015
Passivo Circulante		14.858	18.415
Fornecedores		2.433	3.142
Empréstimos e financiamentos	(7)	5.834	5.498
Obrigações sociais e trabalhistas		468	406
Tributos		782	1.449
Provisões para litígios	(9)	135	65
Dividendos e juros sobre o capital próprio		172	137
Encargos setoriais		1.691	3.338
Passivos financeiros setoriais	(6)	2.265	3.557
Outros passivos circulantes		1.077	824
Passivo Não Circulante		7.703	10.064
Empréstimos e financiamentos	(7)	3.420	6.493
Encargos setoriais		245	260
Tributos Diferidos		339	-
Obrigações vinculadas à concessão	(10)	3.698	3.312
Patrimônio líquido	(11)	12.182	19.140
Capital social		5.000	6.500
Outros resultados abrangentes		658	4.551
Reservas de lucros		6.526	8.091
(-) Ações próprias em tesouraria		(2)	(2)
Total do passivo e Patrimônio Líquido		34.744	47.619

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Hidroelétrica Panambi S/A - HIDROPAN
CNPJ nº 91.982.348/0001-87

Demonstrações do Resultado
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Operações em Continuidade			
Receita / Ingresso	(12)	64.827	66.469
Fornecimento de Energia Elétrica		31.885	37.682
Disponibilização do Sistema de Distribuição		31.744	29.349
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais		407	(1.499)
Serviços Cobráveis		90	128
Subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido		701	811
Tributos		(22.170)	(21.101)
ICMS		(16.414)	(14.599)
PIS-PASEP		(1.021)	(1.160)
Cofins		(4.735)	(5.341)
ISS		(0)	(1)
Encargos - Parcela "A"		(9.403)	(10.157)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(166)	(176)
Programa de Eficiência Energética - PEE		(166)	(176)
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(8.015)	(4.873)
Taxa de Fiscalização - TFSEE		(76)	(61)
Outros Encargos		(981)	(4.872)
Receita Líquida / Ingresso Líquido		33.254	35.211
Custos Não Gerenciáveis - Parcela "A"		(20.763)	(23.202)
Energia elétrica comprada para revenda		(18.737)	(21.279)
Encargo de uso do sistema de transmissão		(2.026)	(1.923)
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis		12.491	12.009
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"		(9.478)	(8.718)
Pessoal e Administradores	(13)	(5.653)	(5.478)
Material		(484)	(353)
Serviço de terceiros		(1.673)	(1.384)
Arrendamentos e Aluguéis		(78)	(62)
Seguros		(43)	(46)
Doações, Contribuições e Subvenções		(41)	(39)
Provisões		(193)	(11)

(-) Recuperação de Despesas	37	18
Tributos	(39)	(38)
Depreciação e amortização	(1.225)	(1.303)
Gastos Diversos	(218)	(231)
Outras Receitas Operacionais	308	308
Outras Despesas Operacionais	<u>(175)</u>	<u>(98)</u>
Resultado da Atividade	<u>3.013</u>	<u>3.291</u>
Resultado Financeiro	(1.366)	(1.496)
Despesas Financeiras	(2.436)	(2.592)
Receitas Financeiras	<u>1.070</u>	<u>1.096</u>
Resultado Antes dos Impostos sobre o Lucro	<u>1.647</u>	<u>1.795</u>
Despesas com Impostos sobre o Lucro	(14) (603)	(671)
Resultado Líquido do Exercício antes da reversão do JCP	<u>1.044</u>	<u>1.123</u>
Reversão dos juros sobre capital próprio	<u>746</u>	<u>744</u>
Lucro Líquido do Exercício	<u>1.790</u>	<u>1.867</u>
Lucro por ação Originado das Operações em Continuidade		
Lucro por ação - R\$	8,31	4,73

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Hidroelétrica Panambi S/A - HIDROPAN
CNPJ nº 91.982.348/0001-87

Demonstrações do Resultado Abrangente
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Resultado do Exercício		1.044	1.123
Outros Resultados Abrangentes			
Reserva de Reavaliação		(177)	(275)
Efeito de Imposto de Renda		60	94
Outros Resultados Abrangentes do Exercício, Líquido de Impostos		(117)	(182)
Total de Resultados Abrangentes do Exercício, Líquidos de Impostos		927	942

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Hidroelétrica Panambi S/A - HIDROPAN
CNPJ nº 91.982.348/0001-87

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Outros resultados abrangentes	Reservas de lucros	Lucros acumulados	(-) Ações Próprias em Tesouraria	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	6.500	4.826	7.422	-	(2)	18.746
Aumento de Capital Social:						
com reserva de lucros	-	-	-	-	-	-
Distribuição de ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-
Realização de Reservas	-	(275)	-	-	-	(275)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	2.109	-	2.109
Destinação proposta a A.G.O.:	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	-	-
Retenção de lucros	-	-	669	(669)	-	-
Dividendo	-	-	-	(696)	-	(696)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(744)	-	(744)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	6.500	4.551	8.091	(0)	(2)	19.140
Redução de Capital Social:						
com cancelamento de ações	(2.948)	-	-	-	-	(2.948)
Aumento de Capital Social:						
com reserva de lucros	1.448	-	(1.448)	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-
Tributos s/ajuste de aval.patrimonial	-	(339)	-	-	-	(339)
Realização de Reservas	-	(3.554)	177	-	-	(3.377)
Reversão dividendos	-	-	18	-	-	18
Distribuição de ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício:	-	-	-	1.790	-	1.790
Destinação proposta a A.G.O.:	-	-	-	-	-	-
Retenção de lucros	-	-	288	(288)	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	-	-
Dividendo	-	-	(600)	(756)	-	(1.356)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(746)	-	(746)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	5.000	658	6.526	0	(2)	12.182

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (Modelo Indireto)
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

	2016	2015
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro Líquido do exercício	1.790	1.867
Despesas (Receitas) que não afetam Caixa e Equivalentes de Caixa	1.509	1.388
Depreciação e amortização	1.225	1.303
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	39	11
Baixas líquidas do intangível em serviço	175	73
Provisão para litígios	70	-
Redução (Aumento) de Ativos	7.062	(5.780)
Consumidores	1.226	(1.399)
Serviços em curso	714	(217)
Tributos compensáveis	115	263
Depósitos judiciais e cauções	(156)	-
Almoxarifado operacional	(11)	13
Ativos financeiros setoriais	4.420	(4.891)
Despesas pagas antecipadamente	16	43
Outros ativos	737	407
Aumento (Redução) de Passivos	(3.009)	8.136
Fornecedores	(709)	620
Obrigações sociais e trabalhistas	62	26
Tributos	337	1.053
Encargos setoriais	(1.661)	2.214
Passivos financeiros setoriais	(1.292)	3.497
Outros passivos	254	727
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	7.352	5.611
Encargos de Dívidas Pagos	(1.110)	(1.204)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(665)	(742)
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	5.577	3.665
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	1.287	(1.234)
Investimentos	(4)	(1)
Aquisição de ativo imobilizado	(2.223)	(1.484)
Baixas líquidas do imobilizado em serviço	3.128	-
Participação financeira do consumidor	386	251
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	(6.622)	(2.147)
Redução do capital social	(2.948)	-
Empréstimos e financiamentos	(1.625)	(636)
Distribuição de dividendos	(1.303)	(767)
Juros sobre o capital próprio	(746)	(744)
Variação Líquida do Caixa e Equivalentes de Caixa	241	284
Demonstração da Variação do Caixa e Equivalentes de Caixa		
Saldo inicial de caixa	400	116
Saldo final de caixa	641	400
	241	284

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”). O fornecimento de energia elétrica a varejo pela HIDROPAN é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seu contrato de concessão de longo prazo de venda de energia. De acordo com o contrato de concessão de distribuição, a HIDROPAN está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (2) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Companhia, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B (“Ajuste Escalar”) para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo. Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a HIDROPAN pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro do seu negócio. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Outorgada solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis. Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

3. Principais Práticas Contábeis Regulatórias

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis societárias apresentadas nas páginas 08 a 34, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação registrado em 31 de dezembro de 2011. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador. O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços. No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as empresas de distribuição de energia têm incluído parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear. Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

Obrigações especiais vinculadas à concessão: Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores da concessionária, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

Reserva de reavaliação: é realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados. Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL. A reavaliação foi registrada em 31 de dezembro de 2011, com base em Laudo de Reavaliação elaborado por empresa credenciada junto a ANEEL e está de acordo com os montantes homologados pela ANEEL no processo de revisão tarifária da data-base de 31 de dezembro de 2012.

Reconhecimento de receita: A receita operacional do curso normal das atividades da HIDROPAN é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

4. Consumidores

Composição das contas a receber

DESCRIÇÃO - R\$ Mil	VALORES CORRENTES							VALORES RENEGOCIADOS					TOTAL 2016	TOTAL 2015
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA				Provisão p/ Devedores Duvidosos	RENEGOCIADA A VENCER		RENEGOCIADA VENCIDA		Provisão p/ Devedores Duvidosos		
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias			
Fornecimento de Energia	5.249	6	750	12	31	26	(66)	5	5	-	10	(1)	6.027	7.292
- Residencial	2.245	6	546	11	25	21	(55)	3	5	-	-	(1)	2.808	2.749
- Industrial	701	-	80	-	3	-	(3)	-	-	-	-	-	781	1.834
- Comercial	965	-	93	1	1	4	(5)	1	-	-	10	-	1.069	1.141
- Rural	108	-	5	-	-	0	(0)	-	-	-	-	-	113	105
- Poderes Públicos	142	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	144	144
- Iluminação Pública	143	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	143	169
- Serviço Público	120	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	120	130
- Serviço Taxado	40	-	24	1	2	1	(4)	-	-	-	-	-	64	91
- Fornecimento Não Faturado	786	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	786	927
- (-) Arrecadação Processo Classif.	(0)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(0)	(0)
Suprimento Energia - Moeda Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento Energia - Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento \ Encargo Rede Não Faturado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	5.249	6	750	12	31	26	(66)	5	5	-	10	(1)	6.027	7.292

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados: 1) Análise criteriosa das contas a receber para casos específicos; 2) Casos normais, conforme MCSPEE, sendo: a) Residenciais vencidos há mais de 90 dias; b) Comerciais vencidos há mais de 180 dias; c) Industrial, poder público e iluminação pública, vencidos há mais de 360 dias.

5. Imobilizado

A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2016	Valor Líquido em 31/12/2015	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acum.	Obrigações Especiais Líquidas
Geração	9.198	-	(3.446)	-	(5.753)	-	(3.446)	-	-	5.264	-	-	-
Terrenos	2.493	-	(434)	-	(2.060)	-	(434)	-	-	2.493	-	-	-
Reservatórios, Barragens e Aduadoras	3.595	-	(1.548)	-	(2.046)	-	(1.548)	-	-	2.081	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	1.273	-	(560)	-	(713)	-	(560)	-	-	335	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	1.820	-	(893)	-	(927)	-	(893)	-	-	351	-	-	-
Veículos	3	-	(3)	-	(0)	-	(3)	-	-	1	-	-	-
Móveis e Utensílios	15	-	(9)	-	(6)	-	(9)	-	-	3	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e Utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	34.582	1.871	(605)	-	(301)	35.547	1.266	(12.543)	23.005	22.722	(3.725)	923	(2.802)
Terrenos	802	-	(267)	-	(3)	532	(267)	-	532	802	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	782	-	-	-	-	782	-	(152)	630	656	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	31.912	1.871	(335)	-	(298)	33.150	1.536	(11.485)	21.665	21.012	(3.725)	923	(2.802)
Veículos	1.004	-	-	-	-	1.004	-	(834)	170	241	-	-	-
Móveis e Utensílios	82	-	(2)	-	(0)	80	(2)	(72)	8	11	-	-	-
Administração	2.877	73	(631)	-	(497)	1.822	(558)	(1.452)	371	1.159	-	-	-
Terrenos	491	-	(189)	-	(302)	-	(189)	-	-	491	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	602	-	(415)	-	(187)	-	(415)	-	-	246	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	1.470	73	(26)	-	(8)	1.510	47	(1.211)	299	327	-	-	-
Veículos	128	-	-	-	-	128	-	(95)	32	48	-	-	-
Móveis e Utensílios	187	-	(1)	-	(1)	185	(1)	(145)	40	47	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e Utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	46.658	1.944	(4.681)	-	(6.551)	37.370	(2.737)	(13.994)	23.375	29.145	(3.725)	923	(2.802)

Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe- rências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições Líquidas = (A)- (B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2016	Valor Líquido em 31/12/2015	Obriga- ções Especiais Brutas	Amorti- zação Acum.	Obriga- ções Especiais Líquidas
Geração	99	-	(99)	-	-	-	(99)	-	-	99	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	99	-	(99)	-	-	-	(99)	-	-	99	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	1.223	3.816	(2.044)	(1.915)	-	1.081	(143)	-	1.081	1.223	(896)	-	(896)
Máquinas e Equipamentos	429	2.019	(39)	(1.915)	-	495	65	-	495	429	(896)	-	(896)
Outros	794	1.797	(2.005)	-	-	586	(208)	-	586	794	-	-	-
Administração	11	104	(53)	(51)	-	11	-	-	11	11	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	104	(53)	(51)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	11	-	-	-	-	11	-	-	11	11	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	1.334	3.920	(2.196)	(1.965)	-	1.092	(242)	-	1.092	1.334	(896)	-	(896)
Total do Ativo Imobilizado	47.992	5.863	(6.877)	(1.965)	(6.551)	38.462	(2.979)	(13.994)	24.467	30.478	(4.621)	923	(3.698)

A composição do intangível é como segue:

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2016	Valor Líquido em 31/12/2015
Ativo Intangível em Serviço										
Geração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Uso do Bem Público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	1.590	-	-	-	-	1.590	-	421	1.169	1.169
Servidões	1.169	-	-	-	-	1.169	-	-	1.169	1.169
Softwares	421	-	-	-	-	421	-	421	-	0
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	473	17	-	-	-	490	17	417	73	82
Softwares	473	17	-	-	-	490	17	417	73	82
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	2.063	17	-	-	-	2.080	17	838	1.242	1.251
Ativo Intangível em Curso										
Geração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Uso do Bem Público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	-	34	-	17	-	17	-	-	-	-
Softwares	-	34	-	17	-	17	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	-	34	-	17	-	17	-	-	-	-
Total do Ativo Intangível	2.063	51	-	17	-	2.080	17	838	1.242	1.251

A composição da conta Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição é como segue:

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe- rências (C)	Reava- liação	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições Líquidas = (A)- (B)+(C)
AIS Bruto	31.912	1.893	- 335	- -	298	33.172	1.558
Transformador de Distribuição	2.503	261	- 95	-	48	2.621	166
Medidor	4.436	420	- 112	-	228	4.517	309
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	294	331	- 56	-	8	577	275
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	13.534	828	- 63	-	29	14.270	765
Redes Alta Tensão (69 kV)	7.713	-	-	-	-	7.713	-
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	3.432	-	-	-	-	3.432	-
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	1	52	- 10	-	1	43	43
Obrigações Especiais do AIS Bruto	- 3.487	- 238	-	-	- -	3.725	- 238
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	- 3.487	- 238	-	-	- -	3.725	- 238
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Originadas da Receita	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-

Ativo Imobilizado - R\$ Mil	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2016		2015	
		Valor Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Geração		-	-	-	5.264
Custo Histórico	2,12%	-	-	-	2.282
Correção Monetária Especial		-	-	-	-
Reavaliação		-	-	-	2.982
Transmissão		-	-	-	-
Custo Histórico		-	-	-	-
Correção Monetária Especial		-	-	-	-
Reavaliação		-	-	-	-
Distribuição		35.547	(12.543)	23.005	22.722
Custo Histórico	3,46%	30.676	(8.635)	22.041	21.603
Correção Monetária Especial		-	-	-	-
Reavaliação		4.872	(3.908)	964	1.119
Administração		1.822	(1.452)	371	1.159
Custo Histórico	9,19%	1.425	(1.076)	349	722
Correção Monetária Especial		-	-	-	-
Reavaliação		397	(376)	21	438
Comercialização		-	-	-	-
Custo Histórico		-	-	-	-
Correção Monetária Especial		-	-	-	-
Reavaliação		-	-	-	-
Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		-	-	-	-
Custo Histórico		-	-	-	-
Correção Monetária Especial		-	-	-	-
Reavaliação		-	-	-	-
		37.370	(13.994)	23.375	29.145
Em Curso - R\$ Mil					
Geração		-	-	-	99
Transmissão		-	-	-	-
Distribuição		1.081	-	1.081	1.223
Administração		11	-	11	11
Comercialização		-	-	-	-
Atividades Não Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		-	-	-	-
		1.092	-	1.092	1.334
		38.462	(13.994)	24.467	30.478

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Material / Equipamentos	Serviços de Terceiros	Mão de Obra Própria	Juros Capitalizados	Depreciação /Amortização	Outros Gastos	Total
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-
Reservatórios, Barragens e Adutoras	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	1.225	290	603	-	-	5	2.123
Móveis e Utensílios	-	-	-	-	-	-	-
A Ratear	-	-	-	-	-	-	-
Desenvolvimento de Projetos	-	-	-	-	-	-	-
Transformação, Fabricação e Reparo de Materiais	3	10	-	-	-	-	13
Material em Depósito	812	-	-	-	-	-	812
Compras em Andamento	693	132	-	-	-	-	824
Adiantamentos a Fornecedores	15	132	-	-	-	-	147
Depósitos Judiciais	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Total das Adições	2.749	563	603	-	-	5	3.920

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Geração	
Gerador	3,33%
Turbina hidráulica	2,50%
Reservatório, barragens e adutoras	2,00%
Distribuição	
Transformador de distribuição	4,00%
Medidor	7,69%
Estrutura do sistema	3,57%
Condutor do sistema	3,57%
Regulador de tensão	4,35%
Religador de tensão	4,00%
Banco de capacitores	6,67%
Administração	
Equipamento geral	6,25%
Equipamento geral de informática	16,67%

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

	Descrição do bem	em R\$ mil
1	MEDIDOR TRIFASICO ELETRONICO ENERGIA ATIVA	104.165,10
2	POSTE DUPLO T DE CONCRETO 11M, 400 DAN	53.956,65
3	MEDIDOR TRIFASICO ELETRONICO ENERGIA ATIVA	50.524,14
4	POSTE DUPLO T DE CONCRETO 12M, 400 DAN	48.430,78
5	CONDUTOR DE ALUMÍNIO COM ALMA DE AÇO, NU, 2/0 AWG, MONO	46.999,71
6	POSTE DUPLO T DE CONCRETO 12M, 400 DAN	44.713,97
7	CONDUTOR DE ALUMÍNIO COM ALMA DE AÇO, NU, 1/0 AWG, MONO	41.904,64
8	MEDIDOR MONOFASICO ELETRONICO ENERGIA ATIVA	41.229,83
9	MEDIDOR ELETRONICO TRIFASICO DE ENERGIA ATIVA E REATIVA	37.719,34
10	MEDIDOR ELETRONICO ION8650C	32.839,49

As dez principais baixas (pelo critério de valor) do imobilizado em serviço no exercício foram:

	Descrição do bem	em R\$ mil
1	BARRAGEM DE PEDRA DE ARENITO ARGAMASSADA TIPO GRAVIDADE C/ F	991.710,70
2	EDIFICAÇÃO EM ALVENARIA COM 3 PAVIMENTOS, ÁREA DE 281,77 M ² ,	174.821,11
3	TERRENO URBANO COM AREA DE 5484.00M ² LOCALIZADO NA RUA SETE	158.761,86
4	CASA DE FORÇA EM ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO, EM 2 NÍ - VEI	138.832,62
5	TOMADA DE AGUA EM CONCRETO ARMADO TIPO GRAVIDADE COM 01 COM	129.042,96
6	EDIFICAÇÃO COM ÁREA DE 377,38 M ² , DE ALVENARIA, PISO DE PARQ	126.088,45
7	TERRENO URBANO COM AREA DE 499M ² LOCALIZADO NA RUA IRAÍ - BA	114.312,30
8	FRAÇÃO DE TERRAS COM AREA DE 240000M ² SEM BENFEITORIAS SITUA	105.875,20
9	TERRENO URBANO COM AREA DE 576M ² LOCALIZADO NA RUA IRAÍ - BA	102.907,40
10	CASA DE FORÇA EM ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO, EM 2 NÍ - VEI	96.605,31

6. Ativos e Passivos Financeiros Setoriais

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do setor de energia elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos financeiros setoriais.

a) Conta de compensação de variação de custos da “Parcela A”

Os itens da Parcela “A” são definidos como sendo o somatório das diferenças, positivas ou negativas, no período de 22 de julho de 2016 a 31 de dezembro de 2016, entre os valores dos custos não gerenciáveis apresentados na base de cálculo para a determinação do último reajuste tarifário anual e os desembolsos efetivamente ocorridos no período. A recuperação da Parcela “A” foi iniciada em agosto de 2016, logo após o final da vigência do RTA, utilizando os mesmos mecanismos de recuperação, ou seja, o reajuste aplicado nas tarifas para compensação dos valores do RTA continuou em vigor para compensação dos itens da Parcela “A”. Os créditos da Parcela “A” são atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação, não havendo limite de prazo para sua realização. À medida que os valores da Parcela “A” são recebidos na tarifa, a HIDROPAN transfere o valor correspondente registrado no ativo para o resultado:

b) Demais ativos e passivos financeiros setoriais

i) Neutralidade da Parcela A

Trata-se do valor referente a uma inconsistência da metodologia de cálculo do reajuste tarifário em anos anteriores conforme contratos de concessão vigentes, que gerou em tarifa superior à devida, uma vez que não foi assegurada a neutralidade dos itens dos custos não gerenciáveis da Parcela A.

A movimentação das contas de Ativos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Ativos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2015	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Saldo em 31/12/2016	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	5.282	- 51	- 5.072	310	312	781	563	218	781	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	2.620	713 -	3.541	158	312	263	45	218	263	-
Proinfa	21	94 -	67	12	-	60	60	-	60	-
Transporte Rede Básica	181	29 -	199	4	-	14	14	-	14	-
CDE	2.460	887 -	1.265	137	-	444	444	0	444	-
Demais Ativos Financeiros Setoriais	725	- 650	- 627	57	-	805	599	207	805	-
Neutralidade da Parcela A	725	590 -	621	57	-	751	599	153	751	-
Outros	-	60 -	6	-	-	54	-	54	54	-
(-) Provisão p/ Redução ao Valor Recup.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Ativos Financeiros Setoriais	6.007	- 598	- 5.698	368	312	1.587	1.162	424	1.587	-

Passivos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2015	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Saldo em 31/12/2016	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Passiva	90	- 651	- 296	69	312	828	287	540	828	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	-	-	167	17	312	162	162	-	162	-
Proinfa	-	13	-	0	-	13	-	13	13	-
Transporte Rede Básica	90	133 -	123	26	-	126	120	6	126	-
CDE	-	505 -	5	27	-	527	5	521	527	-
Demais Passivos Financeiros Setoriais	3.467	- 340	- 2.044	279	- 604	1.437	1.437	-	1.437	-
Devoluções Tarifárias	604	0	-	-	604	-	-	-	-	-
Outros	2.862	340 -	2.044	279	-	1.437	1.437	-	1.437	-
Total Passivos Financeiros Setoriais	3.557	- 991	- 2.340	348	- 292	2.265	1.725	540	2.265	-

7. Empréstimos e Financiamentos

Abertura do Endividamento – R\$ Mil

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adim- plente?	Data Captação / Repactuação	Tipo de Garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pcto Juros	Frequência Pcto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo							
																2018	2019	2020	2021	2022	2022+	Total	
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	258	4.817	3.420	8.495			Selecionar	Selecionar			Selecionar			Selecionar	Selecionar	1.525	2.216	1.412	161	131	152	5.598	
Caixa Econômica Federal - BNDES FNAME	0	112	569	681	Sim	dez-12	Aval/Fiança	Não há	3,00%	15/10/16	Mensal	15/10/16	30/04/23	Mensal	Price	65	131	131	131	131	152	743	
Centrais Elétricas Brasileiras - RGR	-	1.826	2.587	4.413	Sim	mar-12	Aval/Fiança	Não há	7,00%	31/10/16	Mensal	31/10/16	30/08/19	Mensal	Price	913	1.826	1.217	-	-	-	3.957	
Caixa Econômica Federal - Capital Giro	46	229	38	313	Sim	set-14	Aval/Fiança	Não há	18,68%	25/10/16	Mensal	25/10/16	25/02/18	Mensal	Price	149	50	-	-	-	-	198	
Caixa Econômica Federal - Capital Giro	13	250	-	263	Sim	mar-12	Aval/Fiança	CDI	3,66%	02/10/16	Mensal	02/10/16	02/03/17	Mensal	SAC	-	-	-	-	-	-	-	
HP Financial - Leasing	5	20	-	24	Sim	jun-13	Não há	Não há	12,95%	10/01/17	Mensal	10/01/17	10/07/17	Mensal	Price	4	-	-	-	-	-	4	
Banco do Brasil - BNDES FNAME	0	23	-	23	Sim	ago-12	Aval/Fiança	Não há	5,50%	15/01/17	Mensal	15/01/17	15/12/17	Mensal	Price	13	-	-	-	-	-	13	
Banco do Brasil - Cartão BNDES (GRC)	-	4	-	4	Sim	fev-13	Aval/Fiança	Não há	10,82%	16/01/17	Mensal	16/01/17	16/02/17	Mensal	Price	-	-	-	-	-	-	-	
Banco do Brasil - Cartão BNDES (Adelco)	0	5	-	5	Sim	abr-13	Aval/Fiança	Não há	10,34%	16/01/17	Mensal	16/01/17	16/04/17	Mensal	Price	-	-	-	-	-	-	-	
Banrisul - Capital de Giro	32	167	-	199	Sim	jul-15	Aval/Fiança	Não há	28,03%	24/01/17	Mensal	24/01/17	24/08/17	Mensal	Price	54	-	-	-	-	-	54	
Sicredi - Capital de Giro	96	310	78	484	Sim	fev-15	Aval/Fiança	Não há	30,60%	02/01/17	Mensal	02/01/17	01/03/18	Mensal	Price	228	114	-	-	-	-	342	
Banrisul - Capital de Giro	23	125	-	148	Sim	mar-15	Aval/Fiança	Não há	28,03%	24/01/17	Mensal	24/01/17	24/06/17	Mensal	Price	-	-	-	-	-	-	-	
Sicredi - Capital de Giro	0	146	-	146	Sim	jun-15	Aval/Fiança	CDI	13,35%	15/01/17	Mensal	15/01/17	01/07/17	Mensal	Price	28	-	-	-	-	-	28	
Banco do Brasil - Cartão BNDES (Tr)	4	60	10	74	Sim	fev-16	Aval/Fiança	Não há	17,88%	16/01/17	Mensal	16/01/17	16/02/18	Mensal	Price	35	12	-	-	-	-	47	
Banco do Brasil - Cartão BNDES (Lettel)	2	10	10	21	Sim	dez-15	Aval/Fiança	Não há	17,04%	16/01/17	Mensal	16/01/17	16/12/18	Mensal	Price	6	12	-	-	-	-	18	
Banco do Brasil - Cartão BNDES (Elipse)	1	4	10	15	Sim	mai-16	Aval/Fiança	Não há	14,91%	16/01/17	Mensal	16/01/17	16/05/20	Mensal	Price	3	6	6	2	-	-	16	
Banco do Brasil - Cartão BNDES (MGE)	5	34	86	125	Sim	mai-16	Aval/Fiança	Não há	14,91%	16/01/17	Mensal	16/01/17	16/06/20	Mensal	Price	22	45	45	19	-	-	131	
Banco do Brasil - Cartão BNDES (Adelco)	1	10	25	36	Sim	ago-16	Aval/Fiança	Não há	15,39%	16/01/17	Mensal	16/01/17	16/08/20	Mensal	Price	3	12	12	8	-	-	36	
Banco do Brasil - Cartão BNDES (Teovo)	0	11	7	19	Sim	ago-16	Aval/Fiança	Não há	14,33%	16/01/17	Mensal	16/01/17	16/08/18	Mensal	Price	3	8	-	-	-	-	12	
Sicredi - Capital de Giro	3	423	-	426	Sim	dez-16	Aval/Fiança	Não há	23,78%	20/01/17	Mensal	20/01/17	20/12/17	Mensal	Price	-	-	-	-	-	-	-	
Sicredi - Capital de Giro	4	220	-	224	Sim	out-16	Aval/Fiança	CDI	12,82%	02/01/17	Mensal	02/01/17	01/09/17	Mensal	Price	-	-	-	-	-	-	-	
Banrisul - Capital de Giro	21	829	-	850	Sim	dez-16	Aval/Fiança	Não há	35,60%	23/01/17	Mensal	23/01/17	23/01/17	Mensal	Price	-	-	-	-	-	-	-	
Mútuos Passivos	22	738	-	760	Selecionar		Selecionar	Selecionar			Selecionar			Selecionar	Selecionar	-	-	-	-	-	-	-	
Herbert Knorr	2	400	-	402	Sim	ago-15	Não há	Selic	14,25%	01/10/16	Mensal	31/08/17	31/08/17	Anual	Bullet (final)	-	-	-	-	-	-	-	
Gerda Loose Schneider	20	338	-	357	Sim	jun-16	Não há	Selic	14,25%	01/10/16	Mensal	31/05/17	31/05/17	Anual	Bullet (final)	-	-	-	-	-	-	-	

Abertura dos Ativos Financeiros – R\$ Mil

INSTITUIÇÃO / LINHA DEVEDORA	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total
Ativos Financeiros	-	641	-	641
Caixa e Aplicações Financeiras	-	641	-	641
Saldo Final de Caixa - Conta 111	-	641	-	641
Aplic. Financ. CDB	-	-	-	-
Aplic. Financ. Fundos DI	-	-	-	-
Aplic. Financ. Outros Fundos de Invest.	-	-	-	-

Composição do Endividamento e Dívida Líquida – R\$ Mil

RESUMO	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Total 2016	Total 2015
(+) Dívida Bruta	280	5.555	3.420	9.255	11.990
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	258	4.817	3.420	8.495	11.568
Tributária	-	-	-	-	-
Fundo de Pensão	-	-	-	-	-
Intra-setoriais	-	-	-	-	-
Mútuos Passivos (Empresas Ligadas)	22	738	-	760	422
Diversos	-	-	-	-	-
Intra-setoriais Corrente em Atraso	-	-	-	-	-
Tributária Corrente em Atraso	-	-	-	-	-
(-) Ativos Financeiros	-	(641)	-	(641)	(400)
Alta Liquidez	-	(641)	-	(641)	(400)
Demais Aplicações Financeiras	-	-	-	-	-
Mútuos Ativos (Empresas Ligadas)	-	-	-	-	-
(+) Dívida Líquida I	280	4.914	3.420	8.613	11.591
(+/-) Derivativos / Fair Value					
(+) Dívida Líquida II	280	4.914	3.420	8.613	11.591

10. Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. Segue a composição destas obrigações:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Depreciação - Taxa Média Anual	Custo Histórico	Correção Monetária Especial	Reavaliação	Total
Em serviço		3.706	19	-	3.725
Participação Financeira do Consumidor		3.706	19	-	3.725
Outros		-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda		-	-	-	-
Excedente de reativos		-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias		-	-	-	-
Outros		-	-	-	-
(-) Amortização Acumulada - AIS	-	916	7	-	923
Participação Financeira do Consumidor	3,76%	916	7	-	923
Outros		-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda		-	-	-	-
Excedente de reativos		-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias		-	-	-	-
Outros		-	-	-	-
Total		2.791	12	-	2.802

A movimentação ocorrida no exercício pode ser assim resumida:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe-rências (C)	Reava- liação	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amorti-zação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2016	Valor Líquido em 31/12/2015
Em serviço	3.487	238	-	-	-	3.725	238	(923)	2.802	2.747
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	3.487	238	-	-	-	3.725	238	(923)	2.802	2.747
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Universalização do Serviço Públ. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Em curso	565	569	(1)	(238)	-	896	331	-	896	565
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Pendentes de Recebimento	-	339	(1)	(238)	-	100	100	-	100	-
Valores Não Aplicados	565	230	-	-	-	796	230	-	796	565
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	235	110	-	-	-	345	110	-	345	235
Excedente de reativos	330	120	-	-	-	451	120	-	451	330
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	4.053	807	(1)	(238)	-	4.621	568	(923)	3.698	3.312

11. Patrimônio Líquido

11.1 Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2016 representa R\$ 5.000.000,00 e sua composição por classe de ações e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas	Ordinárias	%
1 Walter Alfredo Loose	31.740	14,743
2 Udo Carlos Loose	27.780	12,904
3 Ruy Knorr	19.809	9,201
4 Otto Willy Knorr	14.880	6,912
5 Watan Adm.e Partic.S/A	14.874	6,909
6 Paulo Knorr	12.428	5,773
7 Ingon Knorr Weiler	11.429	5,309
8 Eduardo Knorr	11.358	5,276
9 Vera Knorr	11.282	5,241
10 Herbert Knorr	10.433	4,846
11 Edgar Knorr	10.055	4,671
12 Viviane Knorr Sander	5.642	2,621
13 Marcelo Knorr	4.960	2,304
14 Ellen Suzane Knorr de Moura	4.960	2,304
15 Carlos Ernesto Knorr	4.960	2,304
16 Mirian Knorr Silva	4.137	1,922
17 Enio Luiz Knorr	4.137	1,922
18 Denise Knorr	4.137	1,922
19 Carlos N. Lieberknecht	2.987	1,387
20 Walter Ernesto Knorr	2.469	1,147
21 Companhia Riograndense de Saneamento	567	0,263
22 A F. Transportes Ltda	91	0,042
24 Ações em tesouraria	66	0,031
25 Bruno Fockink	62	0,029
26 Enio Sthalhofer	34	0,016
27 Lars Knorr	3	0,001
28 Eugenio Carlos Knorr	3	0,001
TOTAL	215.283	100,00

11.2 Reservas de lucros

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Reserva legal	1.000	1.300
Reserva Retenção de lucros	<u>5.526</u>	<u>6.791</u>
	<u>6.526</u>	<u>8.091</u>

Reserva Legal é constituída aplicando-se 5% sobre o lucro líquido do exercício de cada ano, conforme legislação societária. Já em 2014 a HIDROPAN atingiu o limite societário de 20% sobre o capital social para constituição de Reserva Legal. A constituição da Reserva Retenção de Lucros tem o objetivo de atender ao fluxo orçamentário de capital e de investimentos.

11.3 Outros resultados abrangentes

Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL. A reavaliação foi registrada em 31 de dezembro de 2011, com base em Laudo de Reavaliação elaborado por empresa credenciada junto a ANEEL e está de acordo com os montantes homologados pela ANEEL no processo de revisão tarifária da data-base de 31 de dezembro de 2012.

12. Receita Operacional Bruta

Receita Bruta	Nº Consumidores		MWh Mil		R\$ Mil	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Fornecimento - Faturado	18.034	17.793	102.037	105.979	63.802	67.206
Residencial	16.271	16.059	34.288	33.021	27.925	26.490
Industrial	1.138	167	36.616	42.465	17.709	22.688
Comercial	163	1.112	17.503	17.462	11.886	11.746
Rural	274	268	3.131	2.744	1.168	1.099
Poder público	155	154	2.520	2.460	1.766	1.706
Iluminação pública	9	9	5.016	4.926	1.786	1.932
Serviço público	24	24	2.963	2.901	1.562	1.546
Suprimento Faturado						
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado	2	-	-	-	198	-
Consumidores Cativos						
Consumidores Livres	2	-			198	-
Encargos de conexão de agentes de geração Permissionárias						
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado						
(-) Transferências	-	-	-	-	-	-
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Ultrapassagem Demanda					-	-
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Excedente de Reativos					-	-
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Difer. Perdas Regulatórias					-	-
Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado					-	-
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva					-	-
Constituição e Amortiz. - RTP Diferimento ou Devolução					-	-
Constituição e Amortiz. - Demais Ativos e Passivos Regulat.					1.728	-
Serviços Cobráveis					90	128
Subvenções vinculadas ao serviço concedido					701	811
Total	18.036	17.793	102.037	105.979	64.827	66.469

13. Pessoal e Administradores

Pessoal e Administradores	2016	2017
Pessoal	3.878	3.793
Remuneração	2.118	2.321
Encargos	798	861
Previdência privada	-	-
Previdência - Fundação - Mantenedora	-	-
Previdência - Déficit ou superávit atuarial	-	-
Assistência médica	-	-
Programa de demissão voluntária	-	-
Despesas rescisórias	47	-
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	-	-
Outros benefícios - Corrente	715	680
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Outros	201	(69)
Administradores	1.775	1.685
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	1.661	1.583
Benefícios dos administradores	114	102
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Total	5.653	5.478

14. Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição social

Em 2016, baseados no planejamento tributário e demais análises de conjuntura, as quais demonstravam uma perspectiva de que as tarifas não acompanhariam o crescimento de mercado de energia por consequência uma queda nos resultados da empresa, optamos pela sistemática de apuração do Imposto de Renda baseada no Regime de Tributação do Lucro Real.

Apuração do imposto de renda e contribuição social

	Contribuição Social		Imposto de Renda	
	2016	2015	2016	2015
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda	1.743	2.037	1.743	2.037
Reversão dos juros sobre capital próprio	746	744	746	744
Lucro ajustado	2.488	2.781	2.488	2.781
Contribuição social e imposto de renda calculados (9% e 25%)	224	250	598	671
Efeitos fiscais sobre:				
Efeito líquido juros sobre capital próprio	(67)	(67)	(186)	(186)
Efeito das adições permanentes e temporárias	80	23	222	64
Efeito das exclusões	(63)	(21)	(174)	(58)
Diferimento/Reversão IRPJ e CSLL diferidos	(6)	-	(18)	-
Contribuição social e imposto de renda calculados (9% e 25%)	168	185	442	491
Incentivos fiscais	-	-	(7)	(5)
Contribuição social e imposto de renda no resultado	168	185	435	486

15. Revisão e Reajuste Tarifário

15.1 Revisão Tarifária Periódica

As tarifas de fornecimento de energia elétrica são reajustadas anualmente de acordo com as condições estabelecidas na legislação e no contrato de concessão. São revistos anualmente o repasse dos custos não gerenciáveis Parcela A e corrigido os custos gerenciáveis pelo IGP-M dos últimos 12 meses anteriores à data base de 22 de julho, deduzido o Fator X. A cada quatro anos realiza-se a revisão tarifária que visa restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, em atendimento ao contrato de concessão firmado pelo Poder Concedente. Na metodologia da revisão tarifária periódica é considerada pela ANEEL a avaliação da base dos ativos utilizados na atividade de distribuição de energia elétrica, as despesas operacionais, as perdas regulatórias, depreciação, o custo médio do capital (WACC) aplicado à base dos ativos que

determina a remuneração da concessionária. O terceiro ciclo de revisão tarifária periódica da Hidropan ocorreu em 29 de junho de 2013, sendo que a próxima ocorrerá em 22 de julho de 2017, denominado de quarto ciclo de revisão tarifária periódica (4CRTP). As metodologias aplicáveis a quarta revisão tarifária periódica das concessionárias são definidas nos Módulos 2 e 7 do PRORET (Procedimentos de Regulação Tarifária) que tratam, respectivamente, do cálculo da revisão tarifária e da estrutura tarifária aplicável, estabelecidas pela ANEEL, aprovados através das Resoluções Normativas nº 435 de 2011 e nº 660 de 2015.

15.2 Reajuste Tarifário Anual

Em 19 de julho de 2016, através da Resolução Homologatória nº 2.109, a ANEEL homologou as tarifas de fornecimento de energia elétrica da HIDROPAN. O Reajuste Tarifário Anual de 2016 resultou em um percentual médio 6,85% negativos, sendo composto pelo IRT econômico de -4,37% e pelo somatório dos componentes financeiros (IRT financeiro) no total de -2,48%, sobre a Base econômica definida no reajuste de 2015. No entanto o impacto médio na receita da HIDROPAN seria de -10,27% se o mercado fosse exatamente o mesmo do período de referência, ou seja, de julho de 2015 a junho de 2016, exatamente 12 meses anteriores ao reajuste em processamento considerando a alteração da data estabelecida no Quinto aditivo ao contrato de concessão, 22 de julho. As novas tarifas entraram em vigor em 22 de julho de 2016 e são fixadas e publicadas pela ANEEL sem os impostos, devendo ainda ser acrescidos do PIS, COFINS e ICMS.

15.3 Composição da Base de Remuneração

O Investimento Remunerável, também denominado de Base de Remuneração, e a quota de depreciação regulatória fazem parte da Parcela “B” da Receita Requerida – RR da Concessionária, e homologados pela Resolução Homologatória ANEEL nº 1.547, de 25/06/2013. Em 2013, por ocasião da revisão tarifária periódica, esta parcela do investimento foi assim formada:

Componentes do Investimento Remunerável	Revisão* junho/2013
*a) Ativo Imobilizado em Serviço Bruto	36.105
b1) (-) Depreciação Acumulada	12.532
b2) (-) Depreciação Acumulada %	34,71%
c1) (-) Obrigação Vinculada ao SPEE Bruta	3.119
c2) (-) Obrigação Vinculada ao SPEE Líquida	2.695
d) Bens 100% Depreciados	5.935
e) Terrenos e Servidões	1.700
d) = Ativo Imobilizado em Serviço Bruto Depreciavel	27.050
e) (+) Almojarifado	71
f) = Investimento Remunerável (Base Remuneração)	25.143
i) Bens 100% depreciados	3.136
k) Cota de Depreciação - Taxa média Anual	3,34%
* 3º ciclo de RTP - Junho 2013	
*a) Valor deduzido dos Bens Administrativos, Veículos, Movéis e Utensílios	

16. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a HIDROPAN seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a HIDROPAN seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS
BALANÇOS PATRIMONIAL REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

	Nota de Ajuste	2016			2015		
		Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
ATIVOS							
Ativo Circulante		9.425	581	8.844	16.515	790	15.725
Caixa e equivalentes de caixa		641	-	641	400	-	400
Consumidores		6.027	-	6.027	7.292	-	7.292
Serviços em curso		46	-	46	760	-	760
Tributos compensáveis		98	-	98	235	-	235
Depósitos judiciais e cauções		156	-	156	-	-	-
Almoxarifado operacional		664	581	83	863	790	72
Ativos financeiros setoriais		1.587	-	1.587	6.007	-	6.007
Despesas pagas antecipadamente		37	-	37	53	-	53
Outros ativos circulantes		169	-	169	906	-	906
Ativo Não circulante		21.620	-4.279	25.899	23.241	-8.653	31.894
Tributos compensáveis		84	-	84	86	-	86
Imposto de Renda e contribuição social diferidos		46	-	46	22	-	22
Ativo financeiro da concessão	16.1	2.563	2.563		3.479	3.479	
Bens e Direitos para Uso Futuro		60	30	30	57	26	30
Outros ativos não circulantes		-	-		-	-	
Bens e Atividades Não Vinculadas à Concessão		-	30	30	-	26	26
Imobilizado	16.1	-	24.467	24.467	-	30.478	30.478
Intangível	16.1	18.867	17.626	1.242	19.597	18.346	1.251
TOTAL DO ATIVO		31.045	-3.698	34.744	39.756	-7.863	47.619

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS
BALANÇOS PATRIMONIAL REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

	Nota de Ajuste	2016			2015		
		Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
PASSIVO							
Passivo Circulante		14.858	-	14.858	18.415	-	18.415
Fornecedores		2.433	-	2.433	3.142	-	3.142
Empréstimos e financiamentos		5.834	-	5.834	5.498	-	5.498
Obrigações sociais e trabalhistas		468	-	468	406	-	406
Tributos		782	-	782	1.449	-	1.449
Provisões para litígios		135	-	135	65	-	65
Dividendos e juros sobre o capital próprio		172	-	172	137	-	137
Encargos setoriais		1.691	-	1.691	3.338	-	3.338
Passivos financeiros setoriais		2.265	-	2.265	3.557	-	3.557
Outros passivos circulantes		1.077	-	1.077	824	-	824
Passivo Não circulante		4.005	-	3.698	6.752	-	3.312
Empréstimos e financiamentos		3.420	-	3.420	6.493	-	6.493
Encargos setoriais		245	-	245	260	-	260
Tributos Diferidos		339	-	339	-	-	-
Obrigações vinculadas à concessão		-	-	3.698	-	3.312	3.312
Patrimônio Líquido		12.182	-	12.182	14.589	-	4.551
Capital social		5.000	-	5.000	6.500	-	6.500
Outros Resultados Abrangentes	16.3	658	-	658	-	-	4.551
Reservas de lucros		6.526	-	6.526	8.091	-	8.091
(-) Ações próprias em tesouraria		-	2	-	-	2	-
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		31.045	-	3.698	34.744	39.756	-
						7.863	47.619

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS
DEMONSTRAÇÃO REGULATÓRIA DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

	Nota de Ajuste	2016			2015		
		Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
Operações em Continuidade							
Receita / Ingresso		64.827	-	64.827	66.469	-	66.469
Fornecimento de Energia Elétrica		31.885	-	31.885	37.682	-	37.682
Disponibilização do Sistema de Distribuição		31.744	-	31.744	29.349	-	29.349
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	6	407	-	407	1.499	-	1.499
Serviços Cobráveis		90	-	90	128	-	128
Subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido		701	-	701	811	-	811
Tributos		22.170	-	22.170	21.101	-	21.101
ICMS		16.414	-	16.414	14.599	-	14.599
PIS-PASEP		1.021	-	1.021	1.160	-	1.160
Cofins		4.735	-	4.735	5.341	-	5.341
ISS		0	-	0	1	-	1
Encargos - Parcela "A"		9.403	-	9.403	10.157	-	10.157
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		166	-	166	176	-	176
Programa de Eficiência Energética - PEE		166	-	166	176	-	176
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		8.015	-	8.015	4.873	-	4.873
Taxa de Fiscalização - TFSEE		76	-	76	61	-	61
Outros Encargos		981	-	981	4.872	-	4.872
Receita Líquida / Ingresso Líquido		33.254	-	33.254	35.211	-	35.211
Custos Não Gerenciáveis - Parcela "A"		20.763	-	20.763	23.202	-	23.202
Energia Elétrica Comprada para Revenda		18.737	-	18.737	21.279	-	21.279
Encargos de Uso do Sistema de Transmissão		2.026	-	2.026	1.923	-	1.923
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis		12.491	-	12.491	12.009	-	12.009
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"	16.4	9.382	96	9.478	8.476	242	8.718
Pessoal e Administradores	13	5.653	-	5.653	5.478	-	5.478
Material		484	-	484	353	-	353
Serviço de Terceiros		1.673	-	1.673	1.384	-	1.384
Arrendamentos e Aluguéis		78	-	78	62	-	62
Seguros		43	-	43	46	-	46
Doações, Contribuições e Subvenções		41	-	41	39	-	39
Provisões		193	-	193	11	-	11
(-) Recuperação de Despesas		37	-	37	18	-	18
Tributos		39	-	39	38	-	38
Depreciação e Amortização		1.129	96	1.225	1.061	242	1.303
Gastos Diversos		2.266	2.048	218	1.720	1.489	231
Outras Receitas Operacionais	16.2	2.355	2.048	308	1.797	1.489	308
Outras Despesas Operacionais		175	-	175	98	-	98
Resultado da Atividade		3.109	96	3.013	3.533	242	3.291
Resultado Financeiro		1.366	-	1.366	1.496	-	1.496
Despesa Financeira		2.436	-	2.436	2.592	-	2.592
Receita Financeira		1.070	-	1.070	1.096	-	1.096
Resultado Antes dos Impostos sobre o Lucro		1.743	96	1.647	2.037	242	1.795
Despesas com Impostos sobre o Lucro		576	28	603	671	-	671
Resultado Líquido do Exercício antes da reversão do JCP	16.4	1.167	123	1.044	1.365	242	1.123
Atribuível Aos:							
Acionistas Controladores		743	-	743	742	-	742
Acionistas Não Controladores		2	-	2	2	-	2
Resultado Líquido do Exercício		1.913	123	1.790	2.109	242	1.867
Lucro por ação Originado das Operações em Continuidade							
Lucro por ação - R\$		8,88	0,57	8,31	5,34	0,61	4,73

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

16.1 Efeitos de contabilização do contrato de concessão (ICPC 01)

O ICPC 01 - Contratos de Concessão estabelece diretrizes gerais para o reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados em contratos de concessão e é aplicável para situações em que o poder concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e por qual preço, e controle qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo da concessão.

Atendidas estas definições, a infraestrutura da Empresa é segregada e movimentada desde a data de sua construção, cumprindo as determinações existentes nos CPCs, de modo que seja registrado nas demonstrações financeiras: a) um ativo intangível correspondendo ao direito de explorar a concessão mediante cobrança aos usuários dos serviços públicos, e b) um ativo financeiro correspondendo ao direito contratual incondicional de recebimento de caixa (indenização) mediante reversão dos ativos ao término da concessão.

16.1.1 Ativo financeiro

Conforme descrito na nota explicativa nº 16.1, o ativo financeiro representa a parcela estimada dos investimentos realizados que não serão amortizados até o final da concessão, ou seja, não serão recuperados via tarifa durante o período de concessão. Sobre esse ativo a Empresa possui o direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. É importante ressaltar que este não é um ativo financeiro como os demais ativos comparáveis e disponíveis no mercado, mas um ativo que deriva da intrínseca vinculação à infraestrutura existente na Empresa, suscetível a variações decorrentes das mudanças no ambiente regulatório e no preço das commodities relacionadas a infraestrutura. A Revisão Tarifária da Concessionária ocorre a cada 4 anos, e somente nesta data a Base de Remuneração é homologada pela ANEEL através do Valor Novo de Reposição – VNR depreciado. Cabe lembrar que o critério definido pela ANEEL atribui à infraestrutura do concessionário, ou seja, atribui valor ao ativo imobilizado, sendo o valor do ativo financeiro uma representação da parcela deste ativo imobilizado que não deve estar depreciado/amortizado ao final do prazo de concessão. Portanto, esse ativo financeiro é intrinsecamente vinculado à infraestrutura, a qual por sua vez tem seus critérios de avaliação definidos pela ANEEL. Esses critérios podem ser modificados pela ANEEL tempestivamente.

16.1.2 Ativo intangível

O ativo intangível da empresa corresponde ao direito de exploração de concessões, é originado dos investimentos na infraestrutura (aplicação do CPC 4 - ICPC 01 – OCPC 05 - Contratos de Concessão): Em função dos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica, o ativo intangível é registrado correspondendo ao direito que a Empresa possui de cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura da concessão. Uma vez que o prazo para exploração é definido contratualmente, este ativo intangível de vida útil definida é amortizado pelo prazo de concessão de acordo com uma curva que reflita o padrão de consumo em relação aos benefícios econômicos esperados. Os itens que compõem a infraestrutura são vinculados diretamente à operação da Empresa, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação e determina que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão. Estes ativos estão avaliados ao custo de

aquisição, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

16.2 Receita e Custo de construção (resultado)

A prestação de serviços de construção da infraestrutura é registrada de acordo com o CPC 17 R1 – Contratos de Construção, tendo como contrapartida um ativo financeiro correspondendo aos valores passíveis de indenização, e os montantes residuais classificados como ativo intangível que serão amortizados pelo prazo da concessão de acordo com o padrão econômico que contraponha a receita cobrada pelo consumo de energia elétrica em função: a) do modelo tarifário que não prevê margem de lucro para a atividade de construção da infraestrutura, b) de não existir qualquer previsão de ganhos nos planos de negócio da Empresa, a Administração julga que as margens existentes nesta operação são irrelevantes, e portanto, nenhum valor adicional ao custo é considerado na composição da receita. Desta forma, as receitas e os respectivos custos de construção estão sendo apresentados na demonstração do resultado do exercício nos mesmos montantes.

16.3 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Saldos no início do exercício	12.182	14.589
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Reavaliação regulatória compulsória	-	4.793
Depreciação - reavaliação regulatória compulsória	-	242
Saldos no fim do exercício	<u>12.182</u>	<u>19.140</u>

Reavaliação regulatória compulsória - é realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social. Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL. A reavaliação foi registrada em 31 de dezembro de 2011, com base em Laudo de Reavaliação elaborado por empresa credenciada junto a ANEEL e está de acordo com os montantes homologados pela ANEEL no processo de revisão tarifária da data-base de 31 de dezembro de 2012.

16.4 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Lucro (prejuízo) líquido conforme contabilidade societária	1.167	1.365
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativos e passivos financeiros setoriais	-	-
Depreciação – reavaliação regulatória compulsória	- 123,15	- 241,85
Lucro (prejuízo) líquido regulatório	<u>1.044</u>	<u>1.123</u>

Reavaliação regulatória compulsória - é realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para

lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social. Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL. A reavaliação foi registrada em 31 de dezembro de 2011, com base em Laudo de Reavaliação elaborado por empresa credenciada junto a ANEEL e está de acordo com os montantes homologados pela ANEEL no processo de revisão tarifária da data-base de 31 de dezembro de 2012.

17. Fato relevante

Cisão Parcial

Em 23 de julho de 2015, a HIDROPAN, por meio do Ofício HP nº 129/2015, registrado sob o SIC nº 48513.020566/2015-00, protocolou junto a ANEEL pedido de anuência prévia para: a) Alteração de atos constitutivos: Redução de capital social em função da proposta de cisão societária motivada pela desvinculação dos ativos de geração de propriedade da distribuidora, e demais imóveis administrativos inservíveis a concessão; e b) Desvinculação de bens: Desvinculação dos ativos de geração da concessionária e demais imóveis administrativos no sentido de viabilizar a desverticalização das atividades da empresa. A intenção da Hidropan é implementar a Cisão Parcial mediante a transferência de ativos de geração e outros ativos inservíveis a concessão (parcelas do ativo consistidos de bens imóveis, obras civis, máquinas, equipamentos e instalações) que hoje integram o seu patrimônio. Tais ativos serão incorporados pela Hidropan Participações S.A., sua parte relacionada (as empresas têm os mesmos sócios). Decorrido o prazo para análise do processo a ANEEL, em 03 de março de 2016 publicou o Despacho nº 485 confirmando a anuência. De posse da anuência da ANEEL, os acionistas da HIDROPAN em assembleia geral extraordinária ocorrida em 28 de junho de 2016, aprovada pela JUCERGS em 13 de setembro de 2016 sob registro nº 4333132, os aprovaram as bases da cisão parcial da empresa para fins de desverticalização das atividades de geração de energia elétrica mediante a redução do capital social para R\$ 3.552.139,79 e o respectivo cancelamento de 179.096 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

DIRETORIA

Eduardo Knorr Diretor CPF – 543.366.780-49	Olávio José Melchioris Diretor CPF – 249.848.509-06
--	---

Lázaro de Moura Schumann
Contador – CRC/RS Nº 77.515
CPF – 967.608.770-04

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Otto Willy Knorr CPF – 007.180.760-87	Walter Alfredo Loose CPF – 060.649.730-72
Ruy Knorr CPF – 065.130.260-91	Lars Knorr CPF – 594.507.970-72
Eduardo Knorr CPF – 543.366.780-49	Herbert Knorr CPF - 065.405.119-49

Udo Carlos Loose
CPF - 187.430.480-72

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Ilmos. Srs.

**Diretores e Acionistas de
HIDROELÉTRICA PANAMBI S/A
PANAMBI-RS**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da **HIDROELÉTRICA PANAMBI S/A**, as quais compreendem o balanço patrimonial regulatório em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações regulatórias do resultado, do resultado regulatório abrangente, das mutações regulatórias do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa regulatórios para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) por meio da Resolução Normativa n.º 605, de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **HIDROELÉTRICA PANAMBI S/A** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pela ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Base de elaboração das Demonstrações Contábeis Regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa de nº. 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a companhia a cumprir determinação da ANEEL. Conseqüentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Outros assuntos**Demonstrações Contábeis Societárias**

A companhia elaborou um conjunto de demonstrações contábeis societárias separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos em 29 de março do corrente ano relatório de auditoria independente separado e, sem modificação de opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório do auditor

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração Regulatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração Regulatório e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração Regulatório, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela ANEEL em conformidade com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico e, pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando,

divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a administração pretenda liquidar a companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro; planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos; e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas

divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 28 de abril de 2017.


AUCON AUDITORES & CONSULTORES
ASSOCIADOS S/S
CRC/RS N.º 4.414
CNPJ N.º 07.794.284/0001-84


JOSÉ ANTÔNIO GOMES MARQUES
CONTADOR CRC/RS N.º 51.223/0-8
CPF N.º 449.121.370-49